

# Observatório da Oposição 2026

18 DE MAIO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 127

04/12/2024, 08:12

Lula - Registro de Agenda



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

REGISTRO DE AGENDA  
LULA

04/12/2024, quarta-feira

LULA  
Presidente da República Federativa do Brasil

#### AGENDA FORA DA AGENDA OFICIAL

Horário: 14:30 às 15:30

Compromisso: Reunião com o senhor Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master

Local: Palácio do Planalto - 4º andar - Sala de Audiências do Gabinete Pessoal do Presidente da República

#### Participantes:

- LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Presidente da República Federativa do Brasil
- DANIEL BUENO VORCARO, Presidente do Banco Master



Página 1 de 1

## O Elo de Fidúcia entre o Governo Lula e Vorcaro

SENADOR  
**ROGÉRIO  
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA TEOTÔNIO VILELA, GABINETE 11 - TEL.: (61) 3303 1221

DEPUTADO FEDERAL  
**EVAIR DE MELO**  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

\*Foto gerada por IA.

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações dos órgãos públicos federais na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações dos três Poderes e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

1

## TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

O Elo de Fidúcia entre o Governo Lula e Vorcaro	01
Governo Lula cria um monstro na política de minerais estratégicos	11
Brasil tem uma “Itaipu clandestina” em painéis solares fora do controle do Estado	18
O PT cava mais fundo o buraco dos Correios	23

2

## ECONOMIA

Lula vai arrebentar o Brasil para tentar se reeleger	31
Copom sinaliza juros altos por mais tempo em meio à inflação resistente e risco fiscal	38

3

## AGRO

Inércia do governo Lula levará o agro ao colapso se nada for feito	42
--	----

4

## SEGURANÇA PÚBLICA

Governo Lula: Discurso de proteção, violência na realidade	47
A farsa dos bilhões: O improvisado eleitoral de Lula na segurança pública	53



# TRANSPARÊNCIA E GOVERNAÇÃO

## O Elo de Fidúcia entre o Governo Lula e Vorcaro

*A forte relação de confiança entre o governo Lula e Daniel Vorcaro traduziu-se no fomento bilionário à farmacêutica Biomm e no aval político contra a venda inicial do Banco Master ao BTG. Com o colapso do banco, o Planalto inverteu a rota, articulando socorro societário do BTG para se afastar do escândalo.*

### Síntese

- O governo Lula teve papel central no caso Banco Master: em dezembro de 2024, Lula recebeu Vorcaro fora da agenda oficial, criticou a oferta de R\$ 1 do BTG Pactual pelo banco e sinalizou apoio ao banqueiro, em reunião que fortaleceu a alternativa de venda ao Banco Regional de Brasília (BRB), banco público do Distrito Federal, articulada pelo ex-ministro Guido Mantega.
- O FGC (Fundo Garantidor de Créditos) arcou com R\$ 57,4 bilhões na liquidação do Banco Master, mais de dez vezes o custo do plano alternativo que o próprio Vorcaro havia proposto (R\$ 5 bilhões), e que foi descartado por depender de mudanças regulatórias e do apoio dos grandes bancos.



\*Foto gerada por IA.

- A farmacêutica Biomm, controlada por Vorcaro, recebeu pacote público bilionário de R\$ 203 milhões em crédito (Finep, BNDES e BDMG), R\$ 133 milhões em equity e contrato de R\$ 140,6 milhões anuais por dez anos com o Ministério da Saúde, além de inauguração pessoal por Lula em abril de 2024.
- A Biomm foi fundada por Walfrido dos Mares Guia, ex-ministro de dois ministérios no primeiro governo Lula e aliado histórico do PT, descrito pelo próprio presidente como "mais do que um irmão".
- O mesmo BTG Pactual cuja aquisição do Banco Master por R\$ 1 foi rechaçada pelo governo acabou se tornando o destino articulado pelo próprio Palácio do Planalto para a participação de Daniel Vorcaro na Biomm, movimento que buscava blindar a farmacêutica do desgaste político provocado pela liquidação do Master, expondo a incoerência do discurso governista.

## Análise

Em ao menos dois momentos decisivos da derrocada de Daniel Vorcaro, entre os episódios já tornados públicos, o governo Lula surgiu como personagem central de uma relação marcada pela fúria: primeiro, na resistência à venda do Banco Master ao BTG Pactual, em dezembro de 2024; e, ironicamente, já às vésperas da prisão de Vorcaro, na tentativa de articular a transferência de sua participação na Biomm ao mesmo BTG, em março de 2026.

### **Da Oferta de R\$ 1,00 do BTG ao Lobby Estatal com o BRB**

- Reportagem do Uol afirma que a Polícia Federal encontrou um documento mostrando [plano alternativo para salvar o Banco Master](#), anterior à tentativa de venda ao BRB. O plano foi enviado por Daniel Vorcaro ao ex-sócio Augusto Lima em abril de 2025 e foi apreendido na Operação Compliance Zero.
- A ideia era separar os problemas do Banco Master em uma nova estrutura chamada BMI. Nela ficariam cerca de R\$ 43,5 bilhões em ativos do banco, mas também R\$ 33 bilhões em dívidas e obrigações. Para evitar uma quebra imediata, o Fundo Garantidor de Crédito colocaria R\$ 5 bilhões para pagar os primeiros vencimentos de CDBs aos investidores. O patrimônio apresentado pelo Master incluía R\$ 8,5 bilhões em direitos creditórios/pré-precatórios, ativos considerados de liquidez incerta.

- O BTG Pactual administraria essa estrutura, ajudando a recuperar os ativos problemáticos, mas sem assumir oficialmente a propriedade do banco nem carregar diretamente os prejuízos em seu balanço. Em troca, receberia uma taxa de administração que poderia chegar a R\$ 544 milhões por ano. O plano também previa que eventuais perdas futuras e problemas judiciais ligados ao Master fossem cobertos pelo FGC.
- Para a operação funcionar, seria necessário mudar regras do FGC e obter apoio dos grandes bancos, o que enfrentava resistência; depois disso, Vorcaro passou a priorizar a venda ao BRB.
- Até o momento, a liquidação do Banco Master custou cerca de **R\$ 57,4 bilhões para o FGC**, um valor que supera em mais de dez vezes o previsto no plano alternativo supramencionado (R\$ 5 bilhões do FGC).
- Durante meses, conforme dados tornados públicos pela imprensa, Vorcaro teria recebido propostas do banqueiro André Esteves (BTG Pactual), que estaria interessado em comprar o seu banco:

*[4/4/25, 22:13:25] Namorada: O que saiu com o encontro com ele hoje??*

*[4/4/25, 22:14:26] Vorcaro: Vc nao acredita nas frases de hoje. Eu levei o augusto pra eu ter uma testemunha*

*[4/4/25, 22:14:41] Vorcaro: Pelo menos eu consegui dar risada depois pq o augusto é engraçado imitando*

***[4/4/25, 22:14:59] Vorcaro: Andre disse que era o maior banqueiro do mundo. E ele era Deus que apareceu na nossa vida***

***[4/4/25, 22:15:08] Vorcaro: Que tinhamos que agradecer a Deus a proposta dele***

***[4/4/25, 22:15:13] Vorcaro: E esquecer o BRB***

*[4/4/25, 22:18:00] Namorada: Boa!*

*[4/4/25, 22:18:21] Namorada: ahahahahaahah eu preciso escutar ele imitando depois*

*[4/4/25, 22:18:50] Namorada: WOW*

*[4/4/25, 22:19:15] Namorada: Ainda tem como incluir ele?*

***[4/4/25, 22:19:45] Vorcaro: Fui la pq banco central pediu pq ele é ardiloso***

***[4/4/25, 22:19:50] Vorcaro: Entra na mente dos caras do bacen***

*[4/4/25, 22:19:56] Vorcaro: Banco central*

[4/4/25, 22:20:04] Vorcaro: Mas turma nossa ta pegando pesado demais

[4/4/25, 22:20:27] Vorcaro: Essa semana fui massacrado mas

**Diálogos entre Vorcaro e sua então namorada, Martha Graeff, material divulgado em reportagem da CNN.**

- O diálogo ocorreu **cerca de uma semana após a divulgação de fato relevante** da venda de 49% das ações ordinárias do Banco Master para o Banco Regional de Brasília (BRB).
- De fato, as mensagens trocadas por Vorcaro permitem depreender que havia uma **pressão do Banco Central para que a saída do imbróglio** via BTG Pactual se concretizasse, as quais estariam sendo **costuradas desde dezembro de 2024**.

**Vorcaro disse que BC o orientou a procurar André Esteves, do BTG: 'Ele disse que era o maior banqueiro do mundo, que era Deus na nossa vida'**



REPRODUÇÃO/PF

Daniel Vorcaro em depoimento à Polícia Federal, em dezembro de 2025

**Leandro Prazeres**

Da BBC News Brasil em Brasília

- Cabe recordar que em dezembro de 2024, meses antes da crise estourar, ocorreu o encontro fora da agenda oficial entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Daniel Vorcaro. O encontro não foi desmentido por Lula, que inclusive ofereceu detalhes sobre a reunião que tiveram, conforme pontuou em [entrevista concedida à jornalista Daniela Lima do Uol](#):

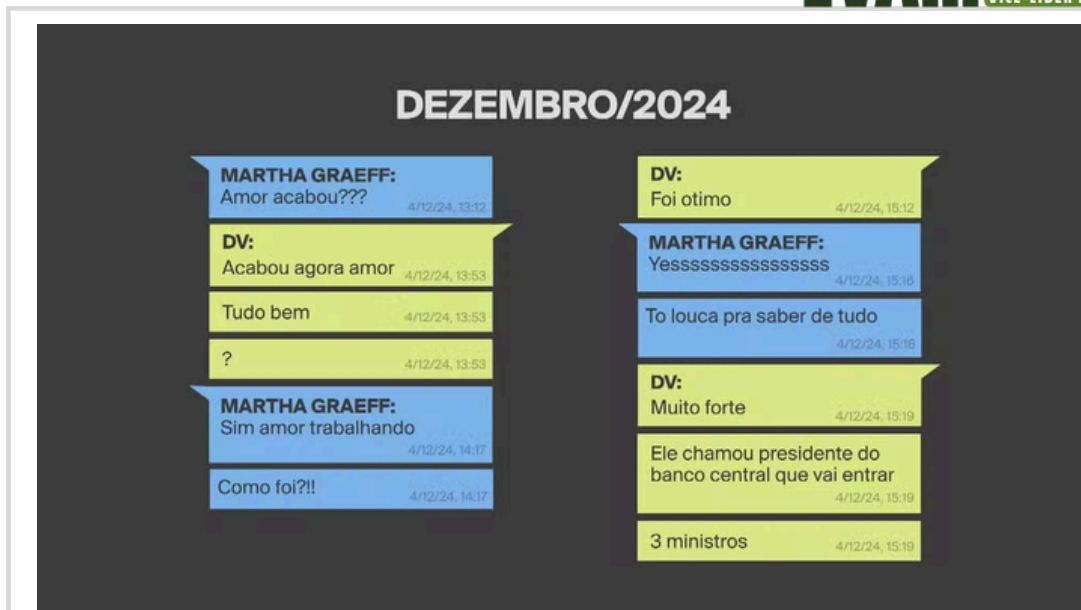
*“Daniel Lima: [...] Recentemente foi noticiado que o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega levou até o senhor Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e que ele teria relatado o que considera um cerco do mercado à forma como operava. Enfim, eu queria ouvir do senhor o que aconteceu nessa conversa. O senhor conhece Daniel Vorcaro?”*

*Luiz Inácio Lula da Silva: Primeiro, intimamente, claro que não. Eu já recebi, nesse meu mandato, o Itaú, o Bradesco, o Santander, o BTG Pactual — todos os bancos eu já recebi. **E quando não havia uma agenda marcada comigo, quando o Guido veio com o Daniel Vorcaro a Brasília e pediu se eu poderia atendê-lo, ele veio conversar comigo. Eu chamei o Gabriel Galípolo, acho que também chamei o Rui Costa, que é da Bahia e o conhecia”.***

- Na ocasião, [Vorcaro teria pedido o conselho de Lula sobre a proposta de venda](#) do Banco Master ao BTG Pactual:

***Daniel Vorcaro: “O BTG, de André Esteves, quer comprar meu banco por R\$ 1. Eu não quero confusão. Devo vender ou seguir no mercado? Nós queremos reduzir a concentração bancária do Brasil, presidente”.***

- Segundo a reportagem do Poder360, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria reagido com críticas duras ao então presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, cujo mandato se encerraria naquele mês, reprovando também André Esteves, controlador do BTG Pactual.
- O resultado do encontro pode ser observado na leitura das [mensagens trocadas entre Daniel Vorcaro e Martha Graeff](#), nas quais o banqueiro relata ter estado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma reunião que descreveu como “muito forte”.



Fonte: [GI](#).

- As conversas dão mostra do prestígio conferido a Vorcaro, tendo Lula convocado o então futuro presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo, [além de dois de seus ministros de confiança, Rui Costa e Alexandre Silveira](#):
- Àquele tempo, Lula e parte da esquerda brasileira viam o banco Master como uma espécie de campeão na Faria Lima, em um momento em que a condução econômica do governo vinha sendo criticada abertamente pelo setor financeiro, [em especial, pelo BTG Pactual](#).
- Curiosamente, após a reunião, ganhou força a alternativa de venda do Banco Master ao BRB, solução que teria sido articulada pelo ex-ministro Guido Mantega, que ocupava o cargo de consultor do Master por [indicação do líder do governo no Senado, Jaques Wagner](#).
- Segundo relatos da imprensa, Mantega teria feito [lobby junto ao Banco Central](#) para viabilizar a venda do banco Master ao BRB, além de ter atuado pela não intervenção do BC no banco de Vorcaro.

### ***Daniel Vorcaro na Biomm - o ocaso de mais um “campeão nacional” patrocinado pelo poder político.***

- Antes de mais nada, precisamos dizer o óbvio: [Lula inaugurou pessoalmente a fábrica de insulina controlada por Daniel Vorcaro em abril de 2024](#). A Biomm, indústria de biotecnologia, tinha Vorcaro por acionista controlador, através do Fundo Cartago, ligado ao Banco Master, com 25,86% de participação.



- E isso é apenas a ponta do iceberg, **o governo Lula financiou expressivamente o empreendimento de Daniel Vorcaro ligado à saúde**. A farmacêutica Biommm obteve **R\$ 203 milhões de crédito (Finep, BNDES E BDMG), além de R\$ 133 milhões aportados via equity (BNDES e BDMG)**, para implantar a unidade Industrial biofarmacêutica em Nova Lima (MG).
- E o pacote de benesses do governo não parou por aí, considerando que **o governo Lula ainda garantiu a receita da indústria de Vorcaro por uma década**. Nesse mesmo contexto, o Ministério da Saúde firmou uma Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) de **R\$ 140,6 milhões anuais** para que a farmacêutica ligada a Daniel Vorcaro abastecesse o Sistema Único de Saúde (SUS) com insulina, em um acordo com duração de dez anos. De acordo com o **Portal da Transparência**, desde 2024, a Biommm já recebeu R\$ 232,6 milhões do Ministério da Saúde.

## Biommm assina acordo para vender insulina humana ao Ministério da Saúde

A Biommm se tornará fornecedora estratégica do Sistema Único de Saúde (SUS) e é prevista de ter um impacto positivo relevante do acordo

Por **Beatriz Kawai**, Valor — São Paulo

30/06/2025 09h48 · Atualizado há 7 meses



- **Didaticamente repetimos para facilitar o entendimento, o governo financiou a instalação, garantiu a receita e Lula, pessoalmente, participou da inauguração da indústria de medicamentos de Vorcaro. E agora a esquerda brasileira quer descolar o governo de mais um escândalo com indícios de corrupção e tráfico de influência. Tarefa difícil, quiçá impossível.**
- O elo de gratidão e confiança entre o governo federal e Daniel Vorcaro passa pelo resgate financeiro de um aliado histórico do petismo. A Biommm foi fundada em 2001 pelo empresário mineiro Walfrido dos Mares Guia, que enfrentava uma grave crise financeira.
- Ex-ministro do Turismo e de Relações Institucionais no primeiro mandato de Lula, Mares Guia é um dos nomes mais próximos do presidente no setor empresarial, tendo atuado como um importante articulador político do PT junto ao setor produtivo. E a deferência do atual presidente a Walfrido ficou patente no discurso de inauguração:

*“Primeiro, eu queria dizer para vocês que a minha vinda a Nova Lima (MG) para inaugurar essa extraordinária nova empresa brasileira, **ela é mais do que inaugurar uma fábrica, é fortalecer uma relação com a família Mares Guia.** [...]”*

*Eu quero que você saiba que **você é para mim mais do que um irmão. Você é um companheiro daquele que eu me arrependo de só ter conhecido você depois dos 50 anos de idade.***

*Se eu tivesse conhecido um pouquinho mais cedo, quem sabe eu aprendesse um pouquinho com a sua inteligência. E pudesse ajudar a criar uma outra Biommm. Gente, do fundo do coração, parabéns. **Parabéns, Walfrido. Parabéns aos teus acionistas, parabéns aos teus diretores e parabéns à Nova Lima,** que não é mais uma empresa vista agora só pela retirada de minério, ela agora é pela produção de vida do povo brasileiro.*

*Um beijo no coração”.*

**[Pronunciamento do presidente Lula durante cerimônia de inauguração da planta de produção de insulina da Biommm.](#)**

- Com a entrada de Vorcaro, Walfrido ficou ainda com aproximadamente 8% do capital social da empresa. O novo sócio deu fôlego para que a empresa finalmente tirasse do papel a unidade de insulina de Nova Lima (MG). Amparado por aportes históricos do BNDES que remontam à gestão Dilma, o avanço definitivo foi consolidado sob o atual mandato de Lula, por meio da [PDP, carimbada pelo Ministério da Saúde, já mencionada na nota](#).
- Com o colapso definitivo do Banco Master, Vorcaro passou a ser *persona non grata* no Planalto devido ao desgaste político inerente. Na Biomm, sua presença virou um gatilho de crise, arrastando a farmacêutica para um cenário de vulnerabilidade jurídica, financeira e de imagem.
- Nesse contexto, surpreendendo os incautos com mais uma reviravolta, [reportagem do UOL afirma](#) que o governo Lula articulou, junto ao BTG Pactual, a compra da participação do Banco Master na Biomm.

**Reportagem**

## Governo quer que BTG compre fatia do Master na fabricante de insulina Biomm

Julio Wiziack • Colunista do UOL

03/12/2025 05h30  Atualizada em 03/12/2025 16h47





- A operação buscava simultaneamente blindar a Biomm do desgaste provocado pela liquidação do Master e também o governo federal, que favoreceu destacadamente o sócio controlador, agora radioativo para o plano eleitoral da legenda partidária. Ainda segundo a reportagem, Walfrido teria atuado como elo político nas conversas.

## Conclusão

- Em suma, o caso Banco Master/Biomm desnuda as engrenagens do capitalismo de compadrio brasileiro, no qual a retórica estatal de promoção industrial e enfrentamento da concentração econômica é convertida em instrumento legitimador de uma teia político-empresarial sustentada por vultosos recursos públicos em benefício de interesses privados.

O paradoxo de assistir ao Palácio do Planalto atuar, inicialmente, como escudo político contra a venda do Banco Master ao BTG Pactual pelo valor simbólico de R\$ 1 e, posteriormente, transfigurar-se em articulador informal da transferência da Biomm ao mesmo conglomerado de André Esteves revela o esgotamento moral e institucional da política dos “campeões nacionais”, incapaz de discernir o interesse de Estado da tutela circunstancial de aliados econômicos e políticos.

Ao buscar desvincular-se, tardiamente, da figura politicamente tóxica de Daniel Vorcaro, obscurecendo os benefícios auferidos por sua empresa em contratos multimilionários com o Ministério da Saúde e procurando dissipar os vestígios da articulação política conduzida por antigos ministros de sua estrita confiança, o atual governo não apenas fracassa em dissimular sua relação visceral com o escândalo, como transfere indiretamente à sociedade o ônus de sua incúria com a coisa pública, um rombo de R\$ 57,4 bilhões suportado pelo sistema financeiro por meio do FGC.



# Governo Lula cria um monstro na política de minerais estratégicos

*Governo aproveita projeto de lei que institui a política de minerais críticos e estratégicos para intervir em empresas mineradoras e cria um balcão de negócios que será terreno fértil para abusos regulatórios e corrupção. Investimentos estão sob risco e as grandes mineradoras brasileiras estarão sujeitas a uma enorme e nefasta influência do governo.*

O PL 2.780/2024 não foi apresentado originalmente pelo governo. Mas durante sua viagem aos EUA, Lula falou com entusiasmo sobre a proposta. No dia em que o PL foi aprovado na Câmara, Lula estava nos EUA e afirmou com convicção que o PL seria aprovado no Senado no dia seguinte. Tanta pressa é reveladora do envolvimento do governo no texto final aprovado pela Câmara. O conteúdo do texto também é bem revelador.

A fala mais direta de Lula ocorreu em coletiva na Embaixada do Brasil em Washington, no dia seguinte à aprovação do projeto na Câmara:

*“Disse ao presidente Trump que não só fizemos uma coisa extraordinária aprovando na Câmara ontem a lei sobre a questão dos minerais críticos, como a aprovação de um Conselho sob a coordenação da Presidência da República, tratando a questão dos minerais críticos como uma questão de soberania nacional.”* **Lula** [\[g1.globo.com\]](https://g1.globo.com)



O Projeto de Lei era originalmente uma boa e inofensiva proposta de política pública para impulsionar a produção dos minerais críticos e estratégicos no Brasil, bem como, desenvolver as cadeias de valor baseadas nesses minerais no território nacional.

O texto final aprovado na Câmara foi bastante robustecido. Cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, voltada ao fomento da pesquisa, lavra, beneficiamento, transformação mineral e mineração urbana de minerais críticos e estratégicos, com ênfase em transição energética, segurança alimentar, soberania nacional, desenvolvimento regional, inovação tecnológica e redução de emissões de gases de efeito estufa. O texto cria uma série de instrumentos que impulsionariam os investimentos nesse setor. **Mas ficou parecendo uma bela obra de arte sobre a qual alguém jogou ácido.**

## **O PL 2.780 promove a ingerência do governo em negócios privados e afugenta o investimento nacional e estrangeiro.**

O art.3º do PL subordinou a política aos princípios da soberania nacional e da supremacia do interesse público. Bastante em linha com o discurso de Lula e do PT. Ninguém tem nada contra isso, todas as políticas públicas brasileiras deveriam ser orientadas pelo interesse público. **Porém, com base na subordinação a esses princípios, o art. 3º estabeleceu que, através de mecanismos de triagem (seja lá o que isso signifique), caberá a um conselho interministerial (Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos – CIMCE) e à Agência Nacional de Mineração (ANM) homologar:**

- *mudança de controle societário, direta ou indireta, inclusive por meio de reorganização societária, de empresa titular de direitos minerários relativos a minerais críticos e estratégicos;*
- **acesso a informações geológicas de interesse estratégico ou participação relevante ou influência significativa de pessoas jurídicas estrangeiras em empresas detentoras de direitos minerários desses minerais;**
- **contratos, acordos ou parcerias internacionais que envolvam fornecimento dos minerais em condições que possam afetar a segurança econômica ou geopolítica do País;** e
- *alienação, cessão ou oneração de títulos minerários pertencentes, direta ou indiretamente, à União.*

Esse trecho do PL foi aproveitado de um outro PL que tramitava na Câmara: o PL 6.473/2025, proposto por um deputado do PDT, partido da base do governo. Mais uma vez, confirma-se as digitais do governo Lula no que há de pior no substitutivo do PL 2780.

Homologação de alterações societárias em empresas que tenham concessões públicas, ou ainda homologação de alterações na propriedade de títulos minerários, por uma agência reguladora é algo que já existe no mundo jurídico. Mas a homologação disso por um Conselho Interministerial, que vai ter inclusive participação do setor privado, é uma inovação bastante preocupante. Mas isso ainda não é o mais grave.

Já seria estranho o suficiente que a ANM sozinha, na condição de reguladora, interviesse de alguma maneira na efetivação de contratos, acordos ou parcerias internacionais das empresas mineradoras. Isso é abuso regulatório. Porém, é ainda mais absurdo que isso seja uma prerrogativa de um Conselho Interministerial. É puro intervencionismo estatal na atividade privada. Não há paralelo para isso na atuação das demais agências reguladoras, nem mesmo nas concessões de exploração de petróleo e gás, que são bem mais estratégicas para o país do que a exploração dos minerais estratégicos pode vir a ser.

É nebulosa a homologação de acesso a informações geológicas de interesse estratégico. É de se supor que a lei esteja se referindo às informações do Serviço Geológico Brasileiro (SGB). Entretanto, as informações dos levantamentos geológicos feitos pelo SGB são públicas. Deixariam de ser no que se refere a minerais críticos e estratégicos? Seria mais um desserviço dessa lei ao desenvolvimento da mineração no Brasil.

Também é intervenção estatal no domínio dos negócios privados que o governo homologue participação relevante ou influência significativa de pessoas jurídicas estrangeiras nas empresas mineradoras. Primeiro que esses conceitos ficaram vagos e abrem espaço para abusos. Segundo que também não há paralelo para esse tratamento nos outros setores econômicos brasileiros. Terceiro, não está claro qual o propósito estatal ao se utilizar dessa prerrogativa regulatória. Por fim, trata-se de uma declaração da lei de suspeição sobre a participação de investidores estrangeiros nesse negócio.

O nível de intervenção estatal proposto por esse art.3º na atividade da mineração dos minerais estratégicos não encontra paralelo sequer no tratamento regulatório concedido hoje à exploração de minério de ferro e de ouro, que seguirão tendo uma relevância econômica para o país maior do que se espera para os minerais estratégicos.

**Mas é aí onde reside outra armadilha dessa lei, muito bem disfarçada.** Tenha-se em mente que, caso essa lei seja aprovada dessa forma pelo Senado, **qualquer empresa mineradora com projetos de minerais considerados estratégicos pelo governo no Brasil estará submetida à homologação de atos societários e até de contratos comerciais pelo tal Conselho CIMCE.** Já existe uma política para minerais estratégicos em vigor, criada ainda pelo governo Bolsonaro, focada exclusivamente no apoio ao licenciamento ambiental dos projetos. **Ela se chama Pró-Minerais Estratégicos. Ferro e ouro estão na lista dos minerais estratégicos dessa política. Pela conceituação de minerais estratégicos inserida no PL 2780, ferro e ouro tranquilamente poderão constar da nova lista de minerais estratégicos.**

**Assim, por um ato infralegal - a lista de minerais estratégicos aprovada pelo CIMCE - o governo voltará a ter um nível de ingerência nas maiores mineradoras brasileiras só comparável à época em que a mineração no Brasil era estatal, justo como o governo Lula tem buscado desde os seus primórdios.**

O PL 2780 parece muito preocupado em assegurar ao governo o controle sobre quais agentes estrangeiros vão explorar minerais estratégicos no Brasil. Isso não é importante para um governo que tenha boas intenções. Os minerais já são constitucionalmente pertencentes à União e explorados conforme regras por ela estabelecidas. Quem os explora paga royalties para o Estado brasileiro. Quem vai explorá-los, se chineses, americanos, europeus, australianos, canadenses, coreanos, japoneses, russos ou brasileiros é irrelevante, desde que a ANM tenha os recursos necessários para bem fiscalizar a atividade de lavra e exportação dos minérios. Curioso é que o próprio Lula, mais uma vez faltando com a verdade, disse que não tem preferências, que quer fazer parcerias com empresas de todo o mundo que queiram fazer mineração no Brasil.

**As prerrogativas colocadas no art. 3º do PL tem o condão de afugentar o investidor estrangeiro e o brasileiro da mineração no Brasil. Além disso, cria num Conselho Interministerial um balcão de favores que poderá ensejar abusos regulatórios e corrupção.**

O art.8º do PL 2780 arremata a intervenção estatal na atividade privada ao determinar a criação de instrumentos regulatórios e administrativos, por regulamento, que versem sobre: (i) parâmetros, requisitos técnicos ou compromissos de agregação de valor vinculados à exportação; e (ii) **obrigações de prestação de informações sobre volume, destino, beneficiário final, cadeia societária, grau de processamento, composição mineralógica e uso econômico dos minerais críticos e estratégicos destinados à exportação.**

Por meio desses instrumentos, o governo ampliará seu controle sobre a exportação dos minerais em um nível também sem paralelo em outros setores.

A expertise de empresas mineradoras é minerar. Transformação mineral e agregação de valor a minerais é o negócio de outro tipo de indústria. Não cabe a um Estado que respeita a livre iniciativa obrigar empresas a mudar o foco do seu negócio, tampouco exigir informações sobre o uso por seus clientes no exterior dos produtos por ela fornecidos. Esse texto inclusive fere o direito ao sigilo comercial das empresas.

O PL 2780 prevê a criação de instrumentos de garantias de crédito, ampliação do escopo de utilização de debêntures com incentivos fiscais pelas empresas do setor, oferta de créditos tributários às empresas, dentre outros instrumentos de incentivo ao desenvolvimento da indústria de minerais estratégicos no país. **Porém, todos esses instrumentos estarão disponíveis apenas aos projetos que sejam “devidamente credenciados e habilitados pelo Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE)”**. O CIMCE concentrará competências amplas, como definir minerais críticos e estratégicos, habilitar projetos prioritários, estabelecer diretrizes para acesso a incentivos, homologar mudanças societárias e definir produtos elegíveis aos créditos fiscais. **Estará criado um dos maiores e mais perigosos balcões de favores do Estado brasileiro. Isso vai ensejar abusos regulatórios e corrupção.**

O PL 2780 usa e abusa de conceitos como “interesse estratégico”, “influência significativa”, “segurança econômica ou geopolítica”, “agregação de valor” e “cadeia minerária de indústria nascente”, muitos dos quais dependem de regulamentação posterior. Tais conceitos, se não forem melhor definidos em lei, vão gerar insegurança jurídica, tratamento desigual entre agentes econômicos e margem excessiva para decisões casuísticas.

## Contextualização: convém ao Brasil receber investimentos estrangeiros na mineração

Há uma janela de oportunidade para o Brasil: a demanda pelos minerais estratégicos projetada para os próximos anos é colossal. A demanda virá de: transição energética, veículos elétricos, defesa, robótica, inteligência artificial e data centers, indústria aeroespacial, dentre outros setores que vão crescer bastante nos próximos anos.

Dadas as reservas que o país tem e a grande parcela de território nacional ainda não mapeado do ponto de vista geológico, o Brasil pode receber

bilhões de dólares em investimentos estrangeiros para projetos de pesquisa mineral e lavra.

O apetite do investidor brasileiro para esses projetos é limitado, em função dos riscos envolvidos e das taxas de juros no país. O Estado brasileiro não tem capacidade fiscal para bancar sozinho os investimentos potenciais. Bancos em todo o mundo evitam os riscos da mineração. Para se beneficiar dessa janela de oportunidade, seja como exportador de minérios, seja como anfitrião de uma cadeia de valor robusta que vá do mineral à produção de baterias, carros elétricos e outras tecnologias, o Brasil precisa do investimento estrangeiro nos projetos de mineração.

A demanda brasileira por minerais estratégicos é incipiente, pois não temos indústria para processá-los nem consumo relevante na produção de tecnologias. Ainda que todos os carros fabricados no Brasil fossem elétricos, com baterias produzidas no Brasil, o consumo nacional dos minerais seria pequeno perto das nossas reservas e da demanda mundial.

O que é forte no mercado brasileiro é o consumo de potássio e fosfatos para fertilizantes. Esses minerais são críticos para o Brasil. Para eles, faz todo sentido haver uma política focada no mercado nacional.

**A indústria de processamento dos minerais estratégicos se concentra na China. A indústria chinesa tem escala de produção gigante, opera com margens apertadas e tem forte apoio estatal. Isso acontece porque a China é também o maior produtor mundial de baterias, carros elétricos, painéis solares, aerogeradores, dentre outras tecnologias. Esse é o principal fator inibidor do desenvolvimento da indústria de transformação dos minerais estratégicos fora da China.**

EUA, Europa, Japão e Coreia do Sul não conseguem competir com a indústria chinesa, dependem dela. É fantasioso acreditar que o Brasil vai ter essa indústria ao inibir investimentos estrangeiros na produção dos minerais ou ao inibir a sua exportação.

O investidor estrangeiro não investirá na mineração de minerais estratégicos no Brasil se perceber riscos aos seus contratos, aos seus direitos como concessionário de lavra ou à sua liberdade de negociar sua produção como bem entender. Sem o investimento estrangeiro, o Brasil não aproveitará a janela de oportunidade que está aberta, não gozará da bonança que esse investimento traria ao país e, definitivamente, não conseguirá desenvolver uma cadeia de valor para os minerais.

## Considerações finais

O PL nº 2.780/2024 trata de tema estratégico para o país, especialmente diante da relevância dos minerais para transição energética, segurança alimentar, desenvolvimento tecnológico, defesa nacional e inserção do Brasil em cadeias globais de valor.

**Contudo, o governo jogou ácido no projeto e o desfigurou, criando um monstro de intervenção estatal na atividade econômica, que permite ao governo se imiscuir em negócios privados. Do jeito que ficou o texto, nenhum investidor, brasileiro ou estrangeiro, bem-informado e em sua sã consciência, vai seguir com investimentos em projetos de minerais estratégicos no Brasil. Pior, o governo adquire um enorme poder sobre as mineradoras que já atuam no Brasil, principalmente sobre as maiores. O Conselho criado pelo projeto, além de propiciar oportunidades de abuso regulatório, vai se tornar terreno fértil para a corrupção.**



# Brasil tem uma “Itaipu clandestina” em painéis solares fora do controle do Estado

*O país já possui 14 GW de geração solar irregular, equivalente à capacidade instalada de Itaipu. Incentivos bilionários sem fiscalização adequada criaram uma dupla crise, com fraudes em subsídios tarifários e desperdício de energia renovável por falta de infraestrutura de transmissão.*

## Síntese

- Projeção atribuída ao ONS estima 14 GW de geração solar irregular em 2025, mais que o dobro dos 5,7 GW aferidos no ano anterior, volume equivalente à capacidade instalada de Itaipu.
- A expansão acelerada da geração distribuída, hoje com 4,3 milhões de instalações e R\$ 16 bilhões em subsídios tarifários em 2025, não foi acompanhada por estrutura proporcional de fiscalização e infraestrutura de transmissão.



- O setor enfrenta uma dupla crise: “gato” solar, com instalações não declaradas recebendo benefícios tarifários, e curtailment, no qual energia renovável subsidiada é desperdiçada por insuficiência da rede elétrica.
- O desperdício chega ao consumidor final por meio dos subsídios embutidos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

## Análise

- Uma projeção conservadora do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) estima a operação irregular de 14 GW em placas solares em 2025, mais do que dobrou em relação ao aferido no ano anterior, 5,7 GW.
- Tratam-se de painéis instalados em telhados, terrenos e mini usinas que geram eletricidade, injetam na rede, recebem benefícios tarifários, e simplesmente são invisíveis para o Estado.
- Para termos uma referência, 14 GW equivalem à capacidade instalada de Itaipu. Em outras palavras, o equivalente a uma Itaipu inteira opera no Brasil sem que o governo saiba onde está, quanto produz ou a quem pertence.
- A revelação, divulgada nesta semana com base em estudo técnico do ONS, não é apenas um escândalo regulatório. É um capítulo da crise fiscalizatória do governo federal, que claramente perdeu o controle sobre o setor elétrico no exato momento em que ele crescia e se transformava.

“Lógico que tínhamos noção de que havia alguma inadequação. Mas fomos muito surpreendidos pelos volumes. Não tínhamos essa dimensão.”

[Autoridade do setor elétrico em resposta ao Brazil Journal.](#)



- Para entendermos a dimensão do problema, precisamos recuar um pouco no tempo. Houve uma expansão agressiva da energia solar distribuída na última década, com diversos sistemas instalados em casas e empresas para geração autônoma de energia.
- Atualmente, são registradas 4,3 milhões de instalações, atraídas por incentivos generosos de longo prazo, que possibilitam a assunção de

créditos na conta de luz pela energia produzida a mais e devolvida à rede.

- Não obstante, o Estado não acompanhou o crescimento do setor, de modo que apresenta reveses significativos de estrutura regulatória e de fiscalização.
- O resultado é uma crise dupla que impacta direta ou indiretamente os consumidores de energia: o curtailment e o “gato” solar.
- *Curtailment* é um termo em inglês utilizado nesse contexto para o corte forçado de geração renovável. Acontece quando usinas solares e eólicas produzem mais energia do que a rede de transmissão consegue escoar. O operador do sistema, o ONS, simplesmente manda desligar essas usinas, desperdiçando energia limpa já gerada. Em 2025, esse fenômeno se tornou crônico no Brasil, considerando que a expansão da geração renovável está décadas à frente da expansão das linhas de transmissão. Em outras palavras, houve um incentivo à geração em desproporção com o necessário investimento em infraestrutura.
- O segundo problema é o "gato" solar, a geração clandestina agora estimada em 14 GW. A mecânica é simples, quem instala painéis deve comunicar a ampliação à distribuidora local e à Aneel. Sem esse cadastro, o sistema de créditos tarifários não sabe a capacidade real da instalação e o benefício é calculado sobre toda a energia gerada, inclusive a excedente não declarada.

Economia

## Aneel punirá 'duramente' irregularidades na geração distribuída, afirma diretor-geral

ESTADÃO conteúdo

Brasília

29/04/2026 13h31



Deixe seu comentário

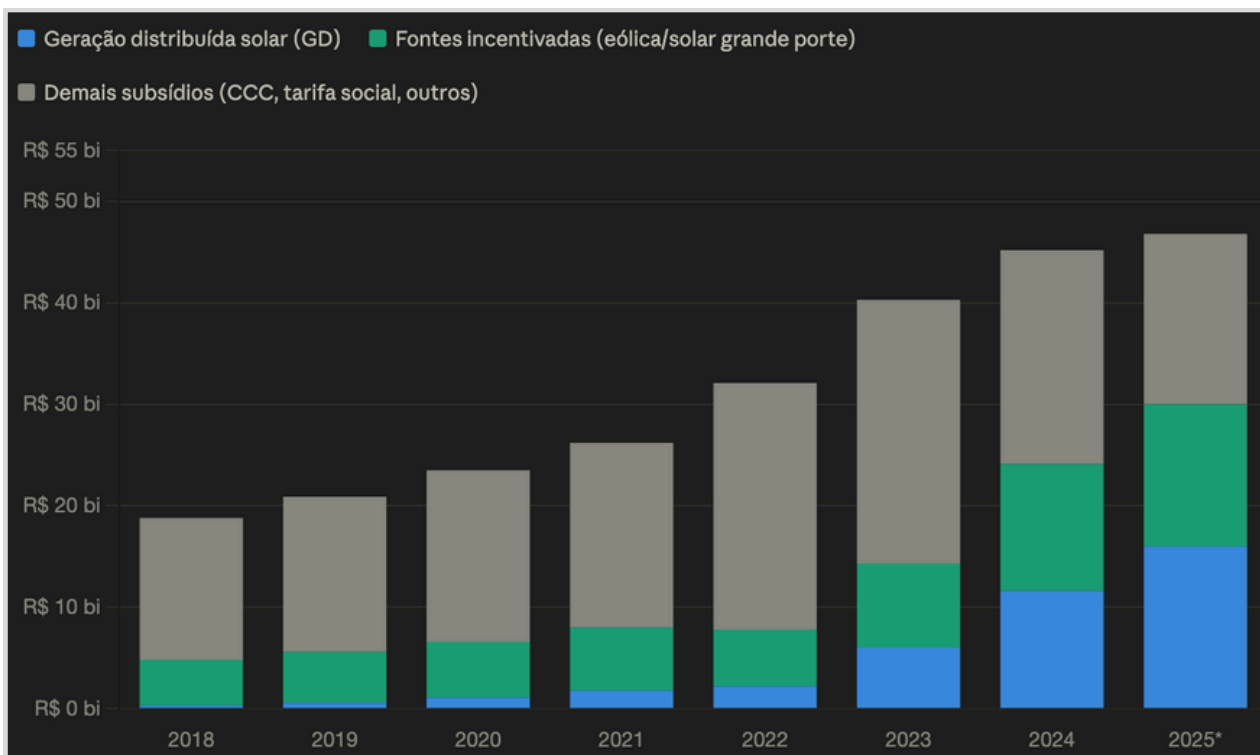
- A conta da distorção é paga pelos demais consumidores, via encargos nas tarifas. Segundo o próprio diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, alguns casos configuram fraude deliberada e serão tratados com rigor.



“Foi dado um prazo para as distribuidoras em 60 dias identificarem e corrigirem essas eventuais irregularidades, se de fato existirem”.

[Sandoval Feitosa, diretor-geral da Aneel, registro do Uol.](#)

- São duas crises originadas pela incapacidade de planejamento regulatório proporcional ao ritmo de expansão do setor. O governo distribuiu incentivos sem parcimônia, R\$ 16 bilhões em subsídios tarifários ao setor solar apenas em 2025, todavia, não equipou se estruturou com pessoal e tecnologia suficientes para fiscalizar o que fomentou.



Fonte: Aneel - Subsidiômetro.

- Agora a Aneel deu prazo de 60 dias para as distribuidoras identificarem e corrigirem as falhas observadas, tentando equacionar o problema dos "gatos" na energia solar. A solução em discussão envolve refaturamento retroativo, prazo para regularização e penalidades diferenciadas, sendo então aberta também a [Consulta Pública nº 9/2026](#) para dar um tratamento regulatório ao problema. É razoável, mas claramente tardio.

**AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 9/2026**

Processo: 48500.035430/2025-02. Objeto: obter subsídios para aprimoramentos regulatórios para tratamento de excedentes de energia e maior flexibilidade operativa na Rede de Distribuição. Modalidade: Intercâmbio de documentos. Período para envio: 23/4/2026 a 6/6/2026. A íntegra deste Aviso está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico <http://www.gov.br/aneel>, no menu principal "Participação Social", item "Consultas Públicas".

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES  
Superintendente Adjunto de Mediação Administrativa  
e das Relações de Consumo

- Esses encargos são socializados entre os consumidores por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em outras palavras, o consumidor sem geração própria é co-partícipe da conta sobre os custos dos subsídios tarifários apropriados por instalações irregulares com capacidade não declarada e da expansão tardia da infraestrutura de transmissão, cuja insuficiência provoca *curtailment* e desperdício de energia renovável igualmente subsidiada.
- A transição energética brasileira é real, acelerada e, em grande medida, bem-sucedida. Vemos o Brasil como um dos países com a matriz elétrica mais limpa do mundo, mas crescimento sem governança não é virtude, é acidente em curso.



## O PT cava mais fundo o buraco dos Correios

*A empresa poderia ter sido desestatizada com ganhos bilionários para a União em 2022. A esquerda impediu isso. Agora ela brinda o contribuinte brasileiro com um prejuízo de R\$ 8,46 bilhões em 2025, patrimônio líquido negativo em R\$ 13,16 bilhões e dívidas da ordem de R\$ 40,7 bilhões. O PT derrubou as receitas dos Correios, aumentou as despesas com empregados e foi negligente com as ações judiciais, que já geraram R\$ 6,4 bilhões em precatórios contra a empresa. As despesas com juros não param de crescer e o prometido PDV só alcançou 30% da meta de adesões. A conta vai ficar, de novo, para Dona Maria e Seu José, que pagam impostos a cada vez que vão ao supermercado.*

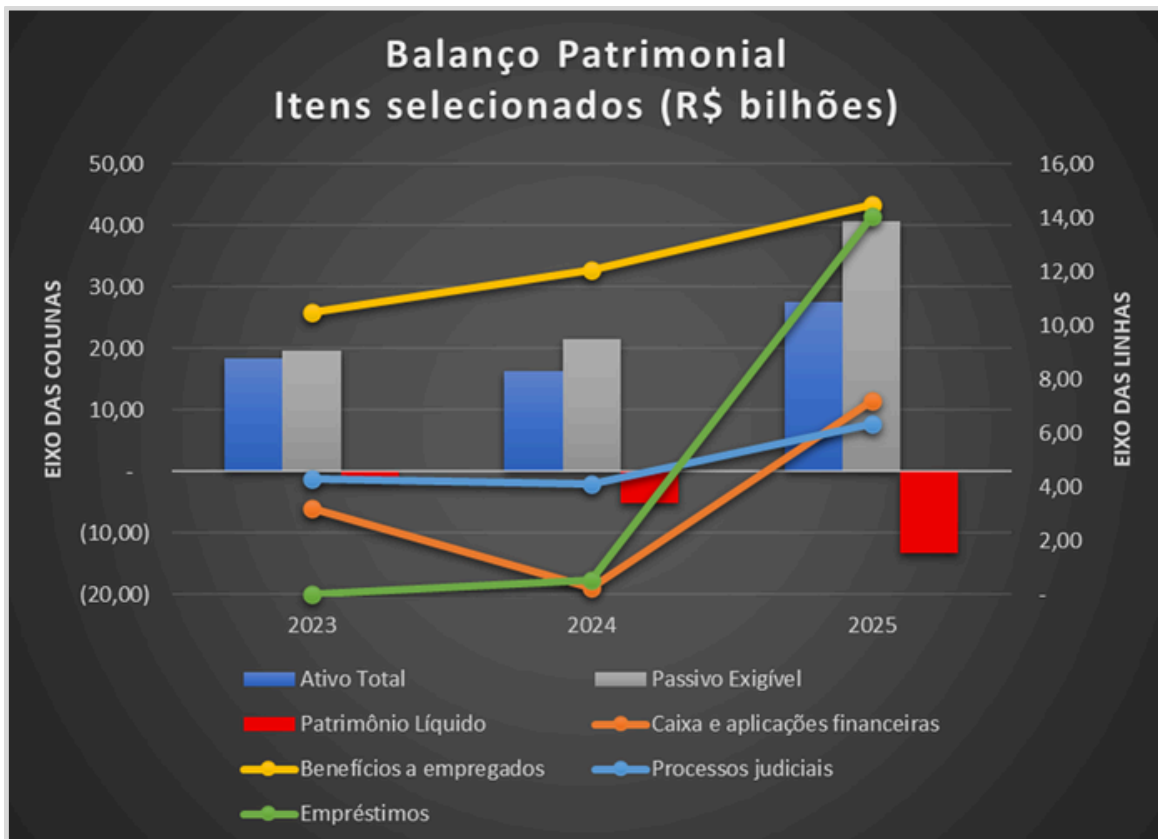
Em 2021, no governo Bolsonaro, os Correios eram uma empresa com muitos desafios, como todos os seus pares mundo afora. Mas tinha uma gestão séria, responsável e competente, que conseguiu tornar os Correios uma empresa lucrativa, com perspectivas robustas de futuro. O governo Bolsonaro tinha um plano para os Correios, que garantiria sua continuidade de maneira sustentável por mais dezenas de anos. O plano tornaria os Correios mais competitivos, com capacidade robusta de investimento, uma empresa mais moderna. Assegurava também os empregos de seus empregados e a entrega de cartas e encomendas em todos os lugares do Brasil. A empresa seria desestatizada, se livraria do parasitismo dos grupos de interesse que manipulam o Estado brasileiro. De acordo com os estudos contratados pelo BNDES à época, a desestatização renderia alguns bilhões de reais para o contribuinte brasileiro. Tratava-se de uma janela de oportunidade que provavelmente não se abriria de novo.



O plano do governo Bolsonaro chamava-se Projeto de Lei 591/2021. Foi aprovado na Câmara dos Deputados e até hoje aguarda deliberação do Senado Federal. A esquerda, o PT e seus aliados, se articulou com as forças que há anos parasitavam os Correios e conseguiram barrar o avanço do plano. Selaram o destino da empresa. Pior para os Correios, pior para seus empregados, pior para a economia brasileira, pior para o contribuinte brasileiro, pior para o Brasil.

Em 2020, os Correios tiveram um lucro de R\$ 1,53 bilhão. Em 2021, o lucro foi de impressionantes R\$ 2,28 bilhões. Mas então, o pior aconteceu. **O PT voltou ao poder e fez com os Correios a única coisa que eles sabem fazer com as estatais, destruí-las. E dessa vez o fez com rapidez e voracidade. Em 2023, prejuízo de R\$ 597 milhões. Em 2024, prejuízo de R\$ 2,45 bilhões. Em 2025, um prejuízo descomunal de R\$ 8,46 bilhões.**

Mais espantosa é a constatação do que aconteceu com o patrimônio líquido da empresa nesse período. De acordo com as reclassificações feitas no balanço de 2025, **a empresa que tinha patrimônio líquido positivo em 2022, virou o patrimônio líquido em 2023, que ficou negativo em nada menos que R\$ 1,24 bilhão. Em 2024, o buraco cresceu para negativos R\$ 5,09 bilhões. Em 2025, o patrimônio líquido negativo chegou a R\$ 13,16 bilhões.** Ou seja, se todos os ativos da empresa fossem vendidos hoje pelo seu valor contábil, ainda faltariam R\$ 13,16 bi para pagar o que ela deve. **É inegável que a empresa faliu nas mãos do PT.**



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Correios. Elaboração própria.

Temos acompanhado com angústia o drama dos Correios, desde 2023, no Observatório da Oposição, em especial nos últimos doze meses por meio dos ROP 95, 99, 102, 106, 112, 113, 119 e 125. Tanta atenção se justifica pela gravidade da situação da empresa e pelos impactos potenciais sobre as contas públicas decorrentes da sua insolvência.

**Podemos sintetizar a gênese da crise dos Correios da seguinte maneira. Os Correios, como todos os seus pares no mundo, vêm há anos lidando com a queda no faturamento no serviço postal (cartas e encomendas) e com o crescimento da concorrência no setor de logística. O que vinha salvando a empresa eram as encomendas e o comércio eletrônico, sobretudo as remessas internacionais. Então veio o governo Lula e aplicou a taxa das blusinhas. O faturamento despencou com muita rapidez. Ao invés de ajustar a empresa aos novos tempos, a gestão petista aumentou salários e benefícios. Por último, a praga dos precatórios que assola as contas públicas brasileiras, se abateu também sobre os Correios, nesse caso, decorrentes essencialmente de ações dos próprios empregados ou aposentados contra a empresa.**

Os Correios são desde 2024 uma empresa que perdeu a capacidade de se sustentar sozinha. Nesse ano, as atividades operacionais geraram um fluxo de caixa negativo em R\$ 2,35 bilhões. Em 2025, o fluxo de caixa operacional foi um pouco melhor, ainda assim negativo, bastante negativo, em R\$ 692 milhões.

Ao invés de declarar a empresa dependente, aportar recursos nela e iniciar um projeto sério de reestruturação para tentar viabilizar uma futura desestatização, o governo Lula endividou-a ainda mais. Não sem antes começar a manipular as regras que tratam do tratamento a estatais dependentes no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, ludibriando as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde 2025, por força da LDO daquele ano, uma empresa nas circunstâncias dos Correios pode receber recursos do Tesouro para bancar o seu custeio e não ser declarada dependente, seguindo no âmbito do Orçamento de Investimento ao invés do Orçamento Fiscal.

**Em 2022, o passivo exigível da empresa era de R\$ 16,7 bilhões, para um ativo total de R\$ 17,96 bilhões. Em 2025, o passivo exigível chegou a absurdos R\$ 40,69 bilhões!!** Como as dívidas dos Correios mais que dobraram em apenas três anos de gestão petista? Principal fator: ao invés de aportar recursos na empresa, como mencionamos acima, o PT decidiu que a empresa deveria tomar um empréstimo bancário de R\$ 12 bilhões, pagando juros pesados, para financiar seu plano de reestruturação. Esse empréstimo contou com a garantia do Tesouro Nacional. **Assim, se os**

Correios não conseguirem pagar o empréstimo, quem pagará é o contribuinte, Dona Maria e Seu José, que pagam impostos cada vez que vão ao supermercado ou à farmácia. Só que, dado que a empresa desde 2024 tem fluxo de caixa operacional negativo, dificilmente ela vai conseguir pagar esse empréstimo. Já está claro quem pagará.

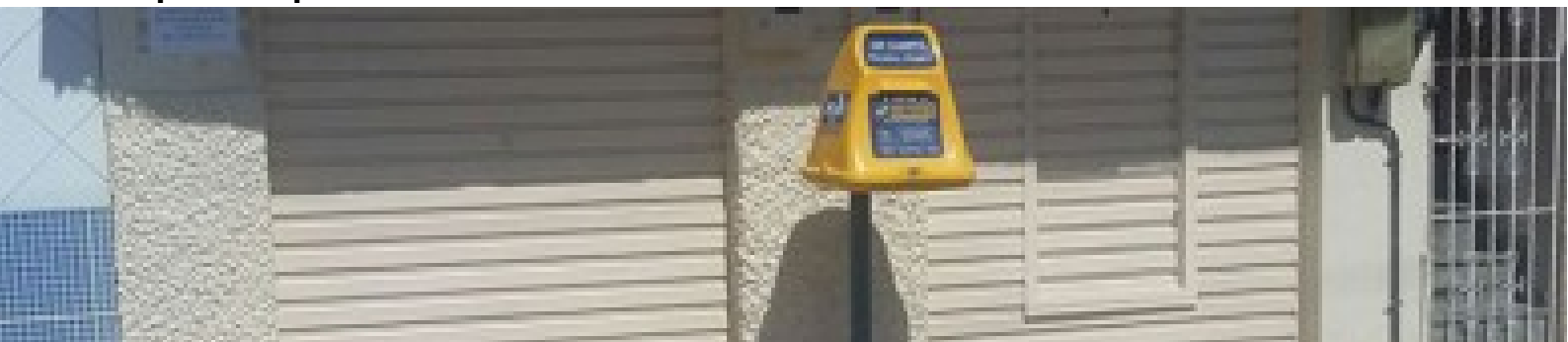
Balanco Patrimonial (itens selecionados)	R\$ bilhões		
	2023	2024	2025
<b>Ativo Total</b>	<b>18,47</b>	<b>16,40</b>	<b>27,53</b>
Caixa e aplicações financeiras	3,21	0,25	7,22
<b>Passivo Exigível</b>	<b>19,71</b>	<b>21,49</b>	<b>40,69</b>
Benefícios a empregados	10,48	12,06	14,47
Processos judiciais	4,28	4,10	6,36
Empréstimos	-	0,55	14,04
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(1,24)</b>	<b>(5,09)</b>	<b>(13,16)</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Correios. Elaboração própria

Antes desse empréstimo, os Correios já tinham tomado outros empréstimos bancários a partir de 2024, de curto prazo, que ao fim de 2025 totalizavam outros R\$ 2,04 bilhões.

**Em 2022, os Correios deviam R\$ 10,36 bilhões em benefícios a empregados, essencialmente as dívidas com o fundo de pensão dos Correios e com o plano de saúde dos empregados. Em 2025, essa cifra elevou-se a R\$ 14,47 bilhões, sendo R\$ 5,68 bilhões em obrigações de curto prazo.**

**Mas então vieram os precatórios. Em 2022, as dívidas da empresa com processos judiciais eram da ordem de R\$ 2,71 bilhões. Em 2025, eram de R\$ 6,36 bilhões (!!), sendo R\$ 2,25 bi de dívidas de curto prazo. Ressalte-se que as Demonstrações Financeiras dos Correios foram validadas pela auditoria independente com ressalvas. A ressalva veio justamente da impossibilidade de chegar a uma conclusão sobre a adequação integral do saldo da provisão para contingências vinculadas aos processos judiciais. Ou seja, o passivo judicial pode ser maior do que o declarado pela empresa.**



Vale observar ainda a evolução das rubricas Fornecedores e Impostos e contribuições. Em 2022, elas registravam respectivamente R\$ 1,38 bi e R\$ 238,5 milhões. Em 2025, depois da adoção da política de atrasar pagamentos de fornecedores e de tributos, essas rubricas chegaram a R\$ R\$ 1,81 bi e R\$ 910 milhões, respectivamente.

Ao fim de 2024, os ativos totais da empresa haviam caído para R\$ 16,4 bilhões, uma queda de R\$ 2 bilhões em apenas um ano, refletindo a perda de caixa da empresa. Com o empréstimo do final de 2025, a empresa ficou com disponibilidades financeiras da ordem de R\$ 6,97 bilhões, depois de chegar a meros R\$ 134 milhões no final de 2024. A maior parte desse dinheiro está em títulos com vencimento em 2027, R\$ 6,41 bi, o que sinaliza quando esse caixa deverá estar vazio de novo...

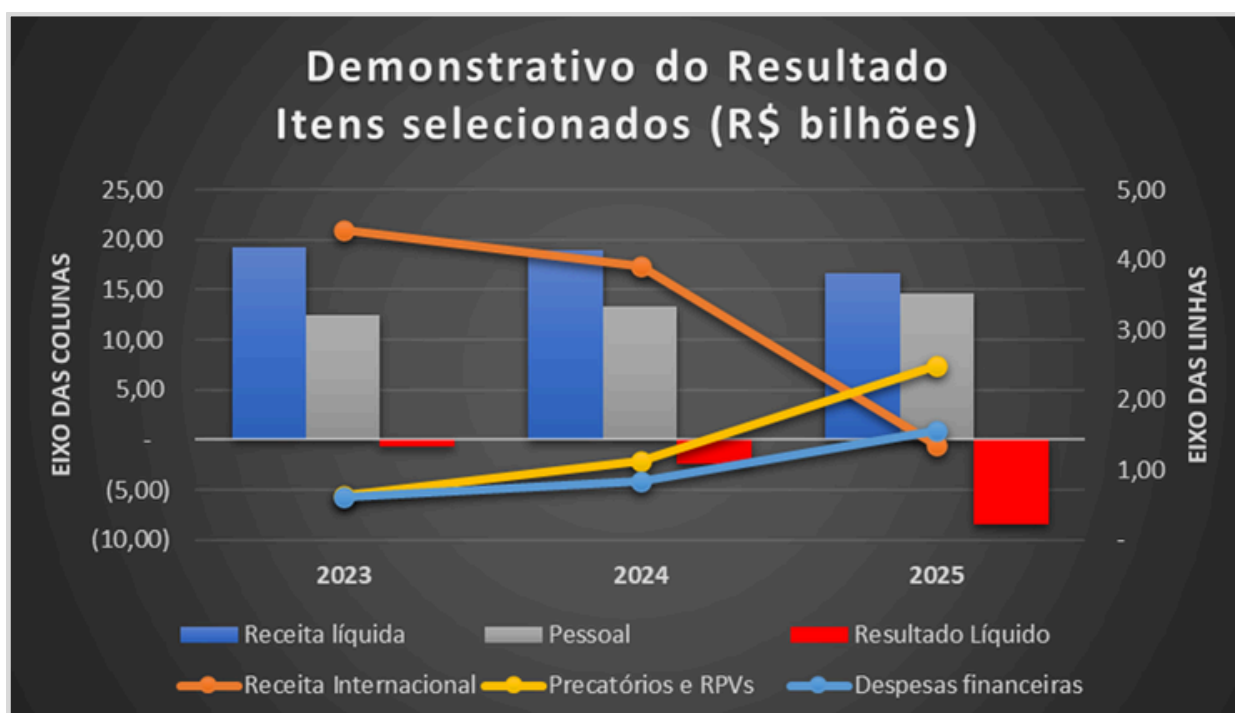
Os ativos registram ainda um salto na rubrica contas a receber, foi de R\$ 2,25 bilhões em 2024 para R\$ 6,48 bilhões em 2025. Teria a nova gestão dos Correios promovido um milagre na geração de novos negócios e novas receitas?? Não, aí estão registrados R\$ 4,5 bilhões do empréstimo de R\$ 12 bi que ainda não haviam sido entregues aos Correios no final do ano. Ficaram para janeiro de 2026. Se somarão aos R\$ 6,97 bi de disponibilidades financeiras e começarão a ser torrados com o pagamento de dívidas atrasadas, salários, benefícios a empregados e precatórios trabalhistas.

Assim, o ativo total saiu de R\$ 16,4 bilhões em 2024 para imponentes R\$ 27,53 bilhões em 2025. É um valor temporário. Quando sair o balancete do primeiro trimestre de 2026, esse valor já estará bem menor. O uso dos recursos do novo empréstimo para pagar dívidas e empréstimos antigos determinará uma redução tanto no valor do passivo exigível (R\$ 40,7 bi) quanto no valor do ativo total. **Mas os juros do novo empréstimo serão inclementes, foram contratados a CDI+1,62% ao ano. Considerando a Selic do momento, isso equivale a aproximadamente a 16,12% ao ano. Os Correios estimam o custo total do empréstimo em 114,97% do CDI e encargos financeiros totais da ordem de R\$ 22,4 bilhões pagos até 2040.**



O empréstimo tem custo financeiro inferior ao dos empréstimos tomados anteriormente pelos Correios. **Mas essa operação só seria aconselhável se a empresa tivesse perspectiva de voltar a ter robustos resultados operacionais, para pagar os juros e o principal da dívida. Não se vê nada de concreto apontando nesse sentido.** A principal aposta da nova gestão dos Correios para reduzir despesas operacionais era o enésimo PDV da história da empresa. O PDV de 2024 teve apenas 798 adesões. Em janeiro/26, os Correios anunciaram a reabertura do PDV, com previsão de desligamento de até 10 mil empregados em 2026 e potencial total de até 15 mil desligamentos até 2027. Entretanto, o que se registra na imprensa é uma adesão baixíssima, como alertamos em ROPs anteriores. **Apenas 3.075 empregados teriam aderido ao PDV.**

Vejam agora o que revela a demonstração de resultados de 2025. Em 2022, a receita de vendas e serviços da empresa foi de robustos R\$ 19,81 bilhões, o que gerou um lucro bruto de R\$ 5,36 bilhões. Em 2025, a receita desabou estrondosamente para R\$ 16,65 bilhões, enquanto o lucro bruto foi reduzido a meros R\$ 713,5 milhões. Isso por si só já é muito revelador sobre a incompetência da gestão petista. Apenas em 2025, a receita caiu R\$ 2,26 bilhões.



Fonte: Demonstrações Financeiras dos Correios. Elaboração própria.

**A sangria nas receitas dos Correios continua ocorrendo nas operações internacionais. Em 2025, o faturamento nesse serviço foi de apenas R\$ 1,34 bi, contra R\$ 3,9 bi em 2024 e R\$ 4,43 bi em 2023.** Em 2024, o Ministro Taxad implementou a famigerada taxa das blusinhas, passou a cobrar imposto de importação sobre compras internacionais de até US\$ 50. Isso não apenas levou os consumidores de todas as classes sociais a comprar roupas mais caras, como deu um golpe matador nas contas dos Correios.

**Deveria ter havido um esforço de redução de despesas para ajustar a empresa aos novos tempos, mas isso não aconteceu.** Em 2022, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados era de R\$ 14,45 bi. Em 2025, chegou a R\$ 15,94 bi. Despesas gerais e administrativas: R\$ 4,63 bi em 2022, R\$ 6,29 bi em 2025.

Na elevação do custo de produtos vendidos e serviços prestados, **destaca-se a elevação do custo de pessoal.** Em 2025, chegou a R\$ 11,38 bilhões, contra R\$ 10,34 bi em 2024 e R\$ 9,03 bilhões em 2022. Nas Despesas gerais e administrativas, além do aumento de pessoal, que passou de R\$ 2,1 bi em 2022 para R\$ 3,22 bi em 2025, o que tem pesado mesmo é **o pagamento de precatórios: eram R\$ 485 milhões em 2022 e explodiu para R\$ 2,48 bilhões em 2025.** O que aconteceu com a defesa dos Correios no judiciário durante a gestão petista? **Esse resultado decorreu principalmente de ações de natureza trabalhista.**

Em 2025, o resultado operacional antes do resultado financeiro foi um estrondoso prejuízo de R\$ 7,15 bilhões. Em 2024 já estava gigante, um prejuízo de R\$ 2,25 bilhões.

Com os juros pagos por atrasos a fornecedores, por atrasos nos pagamentos de tributos e, sobretudo, aqueles pagos pelos empréstimos bancários, as despesas financeiras chegaram a R\$ 1,56 bilhão em 2025, praticamente dobrou em um ano. **Somente de juros, foram pagos R\$ 998,9 milhões, quase um bilhão!** E essa é uma conta que vai subir ainda mais nos próximos anos em razão dos juros pagos pelo empréstimo de R\$ 12 bilhões. Serão acrescidos algo em torno de R\$ 1,9 bilhão em juros por ano. Porém, a imprensa registra que um novo empréstimo deverá ser tomado pela companhia em 2026, o que aumentará ainda mais essa despesa.

Assim, em 2025, apenas o resultado financeiro registrou uma perda de R\$ 1,27 bilhão, contra uma perda de R\$ 380 milhões em 2024.



Demonstração do Resultado (Itens selecionados)	R\$ bilhões		
	2023	2024	2025
<b>Receita líquida</b>	<b>19,24</b>	<b>18,91</b>	<b>16,65</b>
<b>Receita Internacional</b>	<b>4,43</b>	<b>3,90</b>	<b>1,34</b>
<b>Pessoal</b>	<b>12,45</b>	<b>13,35</b>	<b>14,60</b>
<b>Precatórios e RPVs</b>	<b>0,63</b>	<b>1,13</b>	<b>2,48</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>0,62</b>	<b>0,85</b>	<b>1,56</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>( 0,63)</b>	<b>( 2,45)</b>	<b>( 8,46)</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras dos Correios. Elaboração própria.

Outro dado bastante assustador se refere à análise dos resultados por segmento de operação dos Correios. **No segmento Universal (cartas e encomendas), onde está alocada a maior parte da estrutura dos Correios, em 2025 o prejuízo foi de nada menos que R\$ 9,51 bilhões.** No segmento Não Universal, o prejuízo foi de R\$ 247,5 milhões. No segmento Outros, onde estão alocadas as receitas do segmento de logística e parte das receitas do segmento internacional, houve um lucro de R\$ 1,3 bilhão. Ou seja, a taxa das blusinhas não apenas derrubou as receitas dos Correios, ela acertou em cheio o único segmento dos Correios que dá lucro.

**Desestatizar os Correios nas atuais circunstâncias parece ser tarefa impossível. Ao que tudo indica, Dona Maria e Seu José estão condenados a sustentar os Correios por muitos anos.**



## 2 ECONOMIA

# Lula vai arrebentar o Brasil para tentar se reeleger

*Mirando a reversão das suas taxas de rejeição e a renovação de um projeto político que vem destruindo o Brasil desde 2003, Lula adota uma série alucinada de medidas para viciar o eleitor e comprar o apoio de diversas forças sociais. Linhas de crédito direcionadas subsidiadas, renegociação de dívidas, expansão de programas sociais, subvenção ao preço dos combustíveis, antecipação de pagamento de precatórios, expansão do gasto discricionário... o cardápio era longo e Lula pediu tudo. A conta passa fácil dos R\$ 100 bilhões. O resultado disso é mais dívida pública, mais inflação e mais juros.*

O conjunto de medidas legais e infralegais adotadas pelo governo Lula em 2026 revela uma estratégia eleitoral alucinada, marcada por expansão de gastos, uso de fundos públicos e parafiscais, criação de subsídios e estímulos creditícios. Embora apresentadas sob a retórica da proteção social, da defesa do consumidor e da reação a choques externos, essas iniciativas têm em comum a ampliação direta ou indireta do rombo fiscal. O resultado é um ambiente de maior incerteza para a dívida pública, pressão adicional sobre a inflação e dificuldade crescente para a queda da taxa de juros.



A face mais evidente desse quadro apareceu nas contas públicas de março. O Governo Central registrou déficit primário de **R\$ 73,8 bilhões** no mês, influenciado sobretudo pelo pagamento concentrado de precatórios. **O governo pagou em um só mês R\$ 71,4 bilhões em sentenças judiciais e precatórios.** Todo ano há pelo menos um mês em que o governo paga um volume maior de precatórios, isso acontece em geral depois do mês de junho. É estranho que o governo tenha antecipado para março e tenha batido o recorde no pagamento mensal dessa despesa. Claro, precatórios é decisão judicial, mas há sempre gente muito poderosa aguardando ansiosamente esses pagamentos, fora o efeito positivo em potenciais eleitores que aguardam o pagamento de precatórios previdenciários, do BPC e de despesas com pessoal.

Em março, as despesas totais atingiram **R\$ 269,9 bilhões**, com alta real de **49,2%** em relação ao mesmo mês do ano anterior. **Além dos precatórios, contribuíram o aumento das despesas discricionárias, que subiram 121,7% em termos reais em relação a mar/25, propiciando também uma alta real de 59,3% na comparação entre o primeiro trimestre de 2026 e o de 2025. Lula está enfiando o pé na jaca para se reeleger. O que mais contribuiu para a alta das despesas discricionárias foi o aporte de R\$ 9 bilhões no fundo do Pé-de-meia, a maior aposta eleitoral de Lula entre os jovens.**

Ao mesmo tempo, o governo tem multiplicado medidas de impacto fiscal direto ou indireto. **A Medida Provisória nº 1.358/2026 autorizou a concessão de subvenção econômica a produtores e importadores de gasolina e diesel**, equivalente a tributos federais deduzidos do preço de venda. A definição dos valores foi delegada ao Ministério da Fazenda, e a vigência inicial é de dois meses, prorrogável por ato do Executivo.

O custo potencial é expressivo. Segundo estimativas divulgadas pelo próprio governo, a despesa mensal é de **R\$ 272 milhões para cada R\$ 0,10 de subvenção na gasolina e R\$ 492 milhões para cada R\$ 0,10 no diesel.** No anúncio da medida, os ministros falaram em impacto de R\$ 2 bilhões, que seriam cobertos pelo aumento na arrecadação de royalties do petróleo e dividendos. **Ao oferecer subvenção econômica equivalente aos tributos incidentes no preço dos combustíveis ao invés de redução tributária, o governo foge da imposição de oferecer compensação tributária na forma do art. 14 da LRF.**

A crítica central é que o governo tenta vender como “neutralidade fiscal” aquilo que, na prática, é uma aposta arriscada em receitas voláteis de petróleo, royalties, dividendos e participações. A receita extraordinária depende do preço internacional do barril, do câmbio e do desempenho das

estatais. Tudo isso pode mudar do dia para a noite, a depender do desenlace do conflito no Oriente Médio, que aparentemente se aproxima do final.

Um tema mais sensível é o fato de que o preço do diesel impacta toda a sociedade por seu papel no custo da logística de todos os produtos consumidos no país. Mas, precisa mesmo subsidiar a gasolina? **Será que a D. Maria e S. José que pagam impostos no supermercado e na farmácia, não têm carro e andam de ônibus, devem mesmo pagar para reduzir o preço da gasolina de quem tem carro?** Mais uma vez a sanha eleitoral de Lula pode recair sobre os mais pobres. Os royalties do petróleo não são pagos pela D. Maria e S. José, mas poderiam ser usados para aliviar a carga tributária deles, é dinheiro deles também.

Até agora, o governo Lula, que disse que respeitaria os interesses dos sócios da Petrobrás, dentre eles milhares de trabalhadores brasileiros, vinha segurando os preços da gasolina às custas no caixa da empresa. A companhia registrou lucro líquido de R\$ 32,7 bilhões no primeiro trimestre de 2026, **queda de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior**, e Ebitda ajustado de R\$ 59,6 bilhões, recuo de 2,4%. Apesar da alta do petróleo e do aumento da produção, a disparada recente do Brent ainda não se refletiu plenamente nas receitas do primeiro trimestre; além disso, a receita com vendas no Brasil caiu 9,4% em base anual.

Quando o caixa da Petrobras é mobilizado para suavizar preços internos, o custo não desaparece: ele aparece em menor lucro, menor distribuição de dividendos, menor capacidade de investimento ou maior risco percebido pelos investidores. Esse arranjo é danoso também para as contas públicas. A União depende de dividendos da Petrobras e de receitas associadas ao setor de óleo e gás. Se a estatal é induzida a absorver parte do choque de preços, o governo pode até conter temporariamente a gasolina ou o diesel, mas reduz sua própria arrecadação patrimonial e compromete a governança de uma das maiores empresas do país. O resultado é uma política fiscal opaca: parte do custo aparece no Orçamento via subvenções; outra parte pode aparecer no balanço da Petrobras, nos fundos públicos, nos subsídios setoriais ou nas tarifas.

Outro exemplo é o **Novo Desenrola Brasil**. Embora a renegociação de dívidas possa aliviar famílias em situação de inadimplência, o desenho adotado cria incentivos ruins. Ao usar arquitetura pública, fundos garantidores, bancos oficiais e recursos como FGTS, o governo transforma passivos privados em risco público ou parafiscal. Linhas de crédito subsidiadas, garantias e perdões de dívida não aparecem necessariamente como despesa primária imediata, mas representam custo fiscal potencial, redução de patrimônio de fundos e aumento da exposição do Estado à inadimplência futura.

No caso do **Desenrola Fies**, a crítica é ainda mais clara. O programa permite renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil com desconto de até 99% para inscritos no CadÚnico com débitos vencidos há mais de 360 dias e desconto de até 77% para os demais estudantes nessa situação. Trata-se, na prática, de uma política de perdão de dívidas contratadas com apoio público. O governo argumenta que busca reduzir inadimplência e reorganizar a vida financeira de estudantes, mas a medida também sinaliza que contratos com o Estado podem ser renegociados com abatimentos extremos. Isso prejudica a cultura de adimplência, gera tratamento desigual entre quem pagou em dia e quem deixou de pagar e impõe perdas ao setor público ou aos fundos vinculados ao financiamento estudantil.

Também merece atenção a expansão do **Luz para Todos**. A universalização do acesso à energia é um objetivo legítimo, especialmente em regiões remotas. O problema está na forma de financiamento e no acúmulo de compromissos em um contexto de fragilidade fiscal. Parte relevante desses custos recai sobre mecanismos setoriais, como a Conta de Desenvolvimento Energético, que, embora não seja classificada como despesa primária tradicional, **pesa sobre a tarifa de energia e, portanto, sobre consumidores e empresas**. O resultado pode ser uma combinação perversa: aumento de subsídios, tarifa mais cara, maior custo de produção e pressão inflacionária.

Além das subvenções e dos gastos primários, chama atenção o volume de **linhas de crédito e financiamentos criados ou ampliados por medidas provisórias editadas em 2026**. Consideradas as principais medidas já anunciadas, o potencial de crédito mobilizado neste ano pode chegar a **R\$ 98,2 bilhões**, sem contar a renegociação de dívidas antigas do Novo Desenrola, que pode envolver mais **R\$ 42 bilhões** em passivos reestruturados. Esse número resulta da soma das linhas do **Brasil Soberano**, do **Move Brasil/Renovação de Frota**, do crédito viabilizado pelo **FGI/Peac** e do crédito novo do **Novo Desenrola Brasil**.

Medida provisória	Programa / linha	Valor previsto
<b>MP nº 1.345/2026</b>	Plano Brasil Soberano – linhas de crédito para empresas exportadoras e setores industriais relevantes, operadas pelo BNDES	<b>R\$ 15 bilhões do Tesouro</b>
<b>MP nº 1.353/2026</b>	Move Brasil / BNDES Renovação de Frota – financiamento para caminhões, ônibus, micro-ônibus e implementos rodoviários	<b>R\$ 21,2 bilhões</b> , dos quais R\$ 14,5 bilhões do Tesouro e R\$ 6,7 bilhões do BNDES
<b>MP nº 1.353/2026</b>	Aporte ao FGI/Peac para ampliar crédito a MEIs, pequenas e médias empresas	<b>R\$ 2 bilhões de aporte</b> , com potencial de alavancar cerca de <b>R\$ 16 bilhões</b> em financiamentos
<b>MP nº 1.355/2026</b>	Novo Desenrola Brasil – crédito novo para substituir dívidas caras de famílias, com garantia do FGO	Até <b>R\$ 5 bilhões</b> poderão ser aportados pela União no FGO. Até <b>R\$ 16 bilhões</b> em dívidas novas, além de até R\$ 42 bilhões em dívidas antigas renegociadas
<b>MP nº 1.359/2026</b>	Move Brasil – financiamento para profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas	<b>R\$ 30 bilhões do Tesouro</b>

Observe-se que as MPs 1.345, 1.353 e 1.359 autorizam o desembolso de recursos da Conta Única do Tesouro para o BNDES, para a estruturação das linhas subsidiadas. Isso é despesa financeira, não impacta a contabilização do resultado primário. Porém, essas despesas impactam a dívida bruta do mesmo jeito. **São R\$ 59,5 bilhões a mais em operações compromissadas, alimentando o crédito direcionado e reduzindo a potência dos esforços da política monetária para conter a inflação.** Além disso, merece registro o descaramento do governo que abriu crédito extraordinário para aportar os R\$ 2 bilhões no FGI alegando a guerra no Irã como motivo da imprevisibilidade. Com isso, o governo tira essa despesa, que é primária, da contabilização do limite de despesas de seu arcabouço fiscal fajuto. Já se aguarda estratégia equivalente para o aporte dos R\$ 5 bilhões que podem ser feitos no FGO para o Novo Desenrola, caso os recursos que já estão no fundo sejam consumidos com rapidez.

Além disso, há a criação de uma linha de R\$ 10 bilhões em crédito para a modernização de máquinas e implementos agrícolas, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Foi anunciado ainda um aporte de R\$ 20 bilhões do Fundo Social do Pré-Sal para ampliar o *funding* para contratações de moradias para famílias enquadradas na faixa 3 do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Em ano eleitoral, esse conjunto de medidas reforça a percepção de que o governo está utilizando bancos públicos, fundos garantidores, crédito direcionado e despesas financeiras para produzir estímulo econômico fora do debate transparente sobre o gasto primário. O resultado é uma política fiscal paralela: nem todo custo aparece imediatamente no déficit primário, mas quase tudo aumenta risco, dívida, pressão de demanda e incerteza sobre a trajetória das contas públicas.

A consequência macroeconômica é previsível. Mais gastos primários, mais subsídios, mais crédito direcionado e mais renúncias ou perdões de dívida elevam a demanda agregada e reduzem a confiança na trajetória da dívida. Quando o governo tenta estimular consumo, baratear energia, segurar combustíveis e expandir crédito simultaneamente, ele aumenta a pressão inflacionária justamente no momento em que deveria preservar a credibilidade fiscal.

Com inflação pressionada, o Banco Central tende a manter juros mais altos por mais tempo. A taxa de juros elevada, por sua vez, aumenta o custo de rolagem da dívida pública, encarece o crédito privado, reduz investimento produtivo e retroalimenta o déficit nominal. Cria-se, assim, um círculo vicioso: o governo gasta mais para sustentar popularidade e aliviar preços no curto prazo; o mercado exige prêmio maior para financiar a dívida; os juros sobem ou caem menos; e o próprio custo da dívida se amplia.

Em síntese, a política econômica de 2026 combina populismo fiscal, intervencionismo setorial e criatividade contábil. O governo apresenta cada medida isoladamente como social, emergencial ou anticíclica. Mas, vistas em conjunto, elas compõem uma estratégia de expansão do Estado sobre o crédito, os preços, as tarifas e o orçamento. O custo será pago pela sociedade na forma de dívida pública maior, inflação mais resistente, juros elevados, menor investimento privado e perda de credibilidade institucional.

A crítica, portanto, não é à proteção dos mais vulneráveis em si. É à escolha de instrumentos caros, pouco focalizados, fiscalmente arriscados e politicamente convenientes. O Brasil precisa de responsabilidade fiscal, previsibilidade regulatória e políticas sociais bem focalizadas — não de um governo que transforma cada problema econômico em mais uma subvenção, mais uma linha de crédito subsidiado, mais um perdão de dívida ou mais uma intervenção sobre empresas estatais. **Lula não hesita em arrebentar o país em nome do seu projeto de poder.**



# Copom sinaliza juros altos por mais tempo em meio à inflação resistente e risco fiscal

*A ata indica que a inflação segue acima da meta, exigindo a manutenção de uma política monetária contracionista diante da persistência da indisciplina fiscal. As expectativas de mercado apontam para juros em patamar de dois dígitos ao menos até 2029, sinalizando que o crédito permanecerá oneroso ao consumidor brasileiro por um longo período.*

## Síntese

- A ata do Copom indica desaceleração gradual da atividade econômica, mas com inflação de serviços persistente, mercado de trabalho aquecido e expectativas inflacionárias acima da meta.
- O Banco Central sinaliza preocupação com a desancoragem das expectativas, o que tende a exigir juros elevados por período mais prolongado para preservar a credibilidade do regime de metas.
- O documento também destaca riscos fiscais, incertezas externas e dúvidas sobre a estabilização da dívida pública como fatores que elevam a taxa de juros neutra e limitam o ritmo de queda da Selic.



## Análise

- A [ata da 278ª reunião do Comitê de Política Monetária](#) revela um diagnóstico marcadamente mais cauteloso e pessimista acerca da economia brasileira, com destaque para a coexistência de pressões inflacionárias persistentes com sinais de moderação da atividade econômica.
- O documento sinaliza um cenário da economia em desaceleração, contudo, apresentando taxas de desemprego baixas e rendimentos reais acima da produtividade. Reforça o diagnóstico a rigidez da inflação dos serviços, componente que limita a velocidade do processo desinflacionário.
- A inflação acumulada em 12 meses está em 4,14%, mas o mercado projeta 4,89% para 2026, acima da faixa de tolerância da meta. A ata descreve uma deterioração relevante das expectativas, haja vista o afastamento da meta, sendo captadas expectativas de 4,9% para 2026 e 4,0% para 2027, segundo o relatório Focus. São níveis persistentemente superiores ao centro da meta.
- Ainda mais preocupante é a menção explícita à desancoragem adicional das expectativas em horizontes mais longos, como em 2028, o que implica aumento do custo intertemporal da desinflação. **A literatura econômica é clara ao apontar que, em ambientes de expectativas desancoradas, a autoridade monetária precisa operar com taxas de juros mais elevadas por períodos mais prolongados, sob pena de perda de credibilidade do regime de metas:**

“A principal conclusão obtida, e compartilhada por todos os membros do Comitê, foi a de que, em um ambiente de expectativas desancoradas, como é o caso do atual, exige-se uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado”

- O cenário internacional também foi indicado como um peso adicional para a situação. Conflitos no Oriente Médio tendem a elevar o preço do petróleo e de outras fontes de energia, o que encarece produtos e serviços no mundo todo, o denominado “choque de oferta”. Além disso, a incerteza global e dúvidas sobre os rumos da economia dos Estados Unidos deixam os mercados mais instáveis, afetando o câmbio e podendo gerar ainda mais pressão sobre a inflação.
- **No plano doméstico, merece destaque a ênfase conferida às críticas duras à condução da política fiscal. O Comitê ressalta que a ausência**

**de disciplina fiscal<sup>1</sup>, bem como eventuais retrocessos em reformas estruturais, tende a elevar a taxa de juros neutra da economia, reduzindo a eficácia da política monetária e ampliando o custo da desinflação em termos de produto.**

“O Comitê reafirma a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, conseqüentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade. O Comitê mantém a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas. Em particular, o debate do Comitê reforça, novamente, a necessidade de políticas fiscal e monetária harmoniosas”.

- Com isso, o Copom oferece um recado institucional relevante, que sugere preocupação com a coordenação intertemporal das políticas macroeconômicas e com a sustentabilidade da dívida pública. A menção à necessidade de políticas “previsíveis, críveis e anticíclicas” reforça a leitura de que o ambiente fiscal indisciplinado é percebido como um fator de risco relevante para a condução da política monetária.
- Em suma, o Banco Central reduziu os juros em 0,25 ponto, deixando a taxa em 14,50% ao ano, mas a ata do Copom oferece um contexto que sugere uma trajetória cautelosa e progressiva. Há um indicativo claro também de que a política fiscal insustentável do atual governo nos faz ter um horizonte bem mais longo para que haja qualquer melhoria estrutural.
- Ao longo das últimas semanas, assistimos ao lançamento de programas de crédito mais barato, direcionado e de renegociação de dívidas, fruto de uma situação calamitosa imposta à população brasileira, que sustenta os efeitos da irresponsabilidade fiscal do governo Lula 3.
- E pior, não devemos esperar resultado duradouro dessas iniciativas empreendidas para tentar estancar o debacle eleitoral do PT, com ações que são meramente cosméticas, sem atacar a raiz do problema.
- Ao longo das últimas semanas, assistimos ao lançamento de programas de crédito mais barato, direcionado e de renegociação de dívidas, fruto

<sup>1</sup>Assinala-se aqui a frustração recorrente de receitas no governo Lula 3, com destaque para a arrecadação aquém do esperado com a tributação de dividendos acima de R\$ 50 mil.

de uma situação calamitosa imposta à população brasileira, que sustenta os efeitos da irresponsabilidade fiscal do governo Lula 3.

- E pior, não devemos esperar resultado duradouro dessas iniciativas empreendidas para tentar estancar o debacle eleitoral do PT, com ações que são meramente cosméticas, sem atacar a raiz do problema.
- Ao se cotejarem as projeções formuladas em 2022, ainda no governo Bolsonaro, que indicavam uma taxa Selic de 7,75% para 2025, com as expectativas atuais, que projetam a Selic em patamar de dois dígitos (10%) para 2029, evidencia-se um descolamento substantivo na ancoragem de expectativas.
- Tal discrepância não é meramente conjuntural. Ela reflete, de um lado, o arranjo governamental do governo Bolsonaro, que sinalizava consistência intertemporal, coordenação macroeconômica e credibilidade junto aos agentes. De outro, no governo Lula 3, observa-se uma condução orientada por expedientes de curto prazo, descontrolado fiscal, com a política econômica subordinada a imperativos de natureza eleitoral.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL** Focus Relatório de Mercado

Expectativas de Mercado 28 de outubro de 2022

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado	2022							2023							2024							2025							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	
IPCA (variação %)	5,74	5,60	5,61	▲ (1)	141	5,64	58	5,00	4,94	4,94	= (1)	141	4,97	58	3,50	3,50	3,50	= (1)	119	3,00	3,00	3,00	= (68)	101	3,00	3,00	3,00	= (51)	69
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,70	2,76	2,76	= (1)	105	2,74	28	0,53	0,63	0,64	▲ (5)	104	0,76	28	1,70	1,80	1,80	= (1)	77	2,00	2,00	2,00	= (3)	84	2,00	2,00	2,00	= (6)	91
Câmbio (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	= (14)	111	5,20	44	5,20	5,20	5,20	= (14)	110	5,20	44	5,10	5,11	5,10	▼ (1)	84	5,15	5,15	5,15	= (4)	76	5,15	5,15	5,15	= (3)	44
Selic (% a.a.)	13,75	13,75	13,75	= (19)	129	13,75	52	11,25	11,25	11,25	= (8)	128	11,25	52	8,00	8,00	8,00	= (16)	109	7,75	7,75	7,75	= (4)	91	7,75	7,75	7,75	= (4)	17
IGP-M (variação %)	7,95	7,01	6,42	▼ (18)	79	6,21	27	4,70	4,57	4,57	= (1)	77	4,71	27	4,00	4,00	4,00	= (5)	58	3,79	3,79	3,79	= (2)	56	3,79	3,79	3,79	= (2)	56
IPCA Administrados (variação %)	-4,45	-4,28	-4,24	▲ (4)	87	-4,20	30	5,61	5,52	5,52	= (1)	81	5,74	29	3,72	3,62	3,70	▲ (1)	50	3,31	3,03	3,02	▼ (3)	44	3,31	3,03	3,02	▼ (3)	44
Conta corrente (US\$ bilhões)	-31,00	-32,25	-37,84	▼ (2)	27	-37,84	13	-31,45	-34,00	-32,34	▲ (1)	26	-33,34	12	-36,77	-38,00	-38,00	= (1)	19	-39,53	-40,00	-40,00	= (1)	17	-39,53	-40,00	-40,00	= (1)	17
Balança comercial (US\$ bilhões)	61,50	56,15	56,15	= (1)	24	55,00	10	60,00	56,00	56,00	= (1)	23	56,01	9	52,70	50,50	50,28	▼ (1)	17	52,55	52,00	51,50	▼ (3)	14	52,55	52,00	51,50	▼ (3)	14
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	65,00	68,00	74,21	▲ (3)	25	79,10	11	65,00	70,00	71,00	▲ (3)	23	76,72	10	70,00	70,00	70,32	▲ (1)	19	73,68	80,00	80,00	= (1)	17	73,68	80,00	80,00	= (1)	17
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	58,40	58,50	58,60	▲ (2)	20	58,35	8	63,23	62,95	62,95	= (1)	18	60,50	7	65,20	65,00	65,00	= (1)	16	67,20	66,50	66,50	= (1)	14	67,20	66,50	66,50	= (1)	14
Resultado primário (% do PIB)	0,90	1,00	1,00	= (2)	27	0,95	12	-0,50	-0,50	-0,50	= (8)	26	-0,50	11	0,00	0,00	0,00	= (18)	22	0,00	0,00	0,10	▲ (1)	20	0,00	0,00	0,10	▲ (1)	20
Resultado nominal (% do PIB)	-6,40	-6,30	-6,20	▲ (2)	20	-6,35	6	-7,70	-7,70	-7,70	= (14)	19	-7,70	5	-6,00	-6,00	-6,00	= (1)	15	-5,00	-5,00	-5,00	= (1)	13	-5,00	-5,00	-5,00	= (1)	13

\* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* respondentes nos últimos 30 dias \*\*\* respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2022 — 2023 — 2024 — 2025

Fonte: [Boletim Focus \(outubro de 2022\)](#). Destaca-se, Selic estimada de 7,75% em 2025.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL** Focus Relatório de Mercado

Expectativas de Mercado 30 de abril de 2026

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado	2026							2027							2028							2029							
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	
IPCA (variação %)	4,36	4,86	4,89	▲ (8)	160	4,91	107	3,85	4,00	4,00	= (1)	153	4,00	104	3,60	3,61	3,64	▲ (2)	126	3,50	3,50	3,50	= (35)	118	3,50	3,50	3,50	= (35)	118
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,85	1,85	1,85	= (1)	119	1,85	59	1,80	1,80	1,75	▼ (1)	113	1,70	58	2,00	2,00	2,00	= (112)	87	2,00	2,00	2,00	= (59)	84	2,00	2,00	2,00	= (59)	84
Câmbio (R\$/US\$)	5,40	5,25	5,25	= (1)	128	5,24	74	5,45	5,35	5,30	▼ (1)	120	5,30	73	5,50	5,40	5,39	▼ (1)	88	5,50	5,41	5,40	▼ (3)	85	5,50	5,41	5,40	▼ (3)	85
Selic (% a.a.)	12,50	13,00	13,00	= (2)	155	13,00	98	10,50	11,00	11,00	= (2)	151	11,00	98	10,00	10,00	10,00	= (15)	114	9,75	9,75	10,00	▲ (1)	111	9,75	9,75	10,00	▲ (1)	111
IGP-M (variação %)	3,73	4,80	5,50	▲ (9)	70	5,42	39	4,00	4,00	4,00	= (11)	64	4,00	37	3,85	3,82	3,83	▲ (1)	58	3,75	3,70	3,70	= (3)	56	3,75	3,70	3,70	= (3)	56
IPCA Administrados (variação %)	4,27	4,98	4,98	= (1)	104	5,06	64	3,79	3,80	3,80	= (3)	93	3,79	59	3,50	3,50	3,50	= (23)	67	3,50	3,50	3,50	= (42)	66	3,50	3,50	3,50	= (42)	66
Conta corrente (US\$ bilhões)	-65,00	-61,20	-61,20	= (1)	40	-61,50	20	-65,00	-62,00	-62,00	= (1)	37	-62,50	19	-64,05	-64,05	-64,46	▼ (1)	28	-63,00	-63,13	-63,25	▼ (1)	27	-63,00	-63,13	-63,25	▼ (1)	27
Balança comercial (US\$ bilhões)	70,00	75,00	75,00	= (1)	40	75,20	21	73,10	75,00	75,00	= (1)	38	75,00	20	73,50	71,10	71,10	= (1)	30	75,14	74,10	74,10	= (1)	28	75,14	74,10	74,10	= (1)	28
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	75,00	75,00	75,00	= (11)	41	76,00	21	78,50	76,43	77,58	▲ (1)	40	78,00	21	80,00	80,00	80,00	= (12)	32	80,00	79,00	79,50	▲ (1)	30	80,00	79,00	79,50	▲ (1)	30
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	69,90	69,90	69,90	= (6)	58	69,90	33	73,46	73,35	73,43	▲ (1)	56	73,28	32	76,30	76,30	76,30	= (1)	48	78,80	78,82	78,82	= (1)	45	78,80	78,82	78,82	= (1)	45
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	= (11)	63	-0,50	35	-0,40	-0,40	-0,40	= (6)	60	-0,41	34	-0,26	-0,25	-0,25	= (3)	49	-0,10	-0,10	-0,10	= (10)	47	-0,10	-0,10	-0,10	= (10)	47
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50	= (7)	54	-8,50	31	-8,00	-8,00	-8,00	= (10)	52	-8,00	30	-7,54	-7,42	-7,46	▼ (1)	42	-7,27	-7,19	-7,19	= (1)	40	-7,27	-7,19	-7,19	= (1)	40

\* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* respondentes nos últimos 30 dias \*\*\* respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2026 — 2027 — 2028 — 2029

Fonte: [Boletim Focus \(maio de 2026\)](#). Destaca-se, Selic estimada em 10% em 2029.

# 3 AGRO

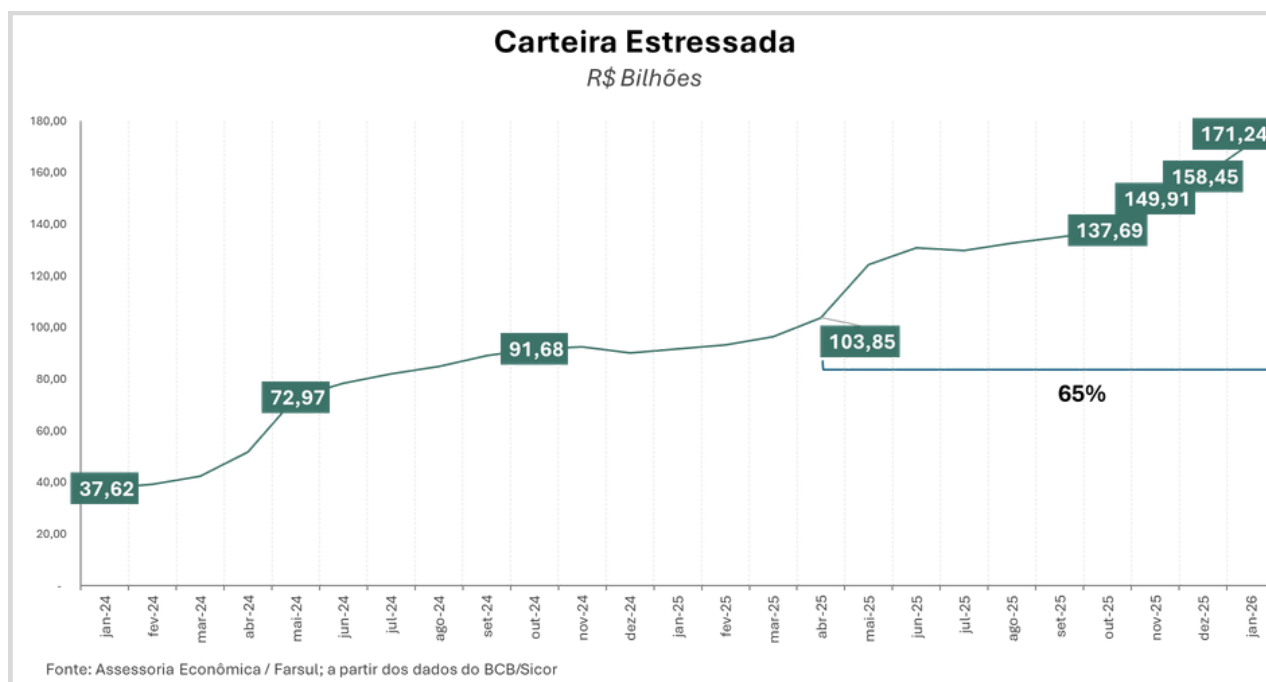
## Inércia do governo Lula levará o agro ao colapso se nada for feito

*A explosão do endividamento rural brasileiro deixou de ser um problema pontual para se transformar em uma ameaça sistêmica ao principal setor da economia nacional. Enquanto produtores enfrentavam sucessivas perdas climáticas, disparada dos custos de produção, crédito caro e aumento da inadimplência, o governo falhou em fortalecer justamente os instrumentos que deveriam proteger o campo em momentos de crise — como o seguro rural e a previsibilidade do crédito agrícola.*

Os [números apresentados pela Farsul](#) ajudam a dimensionar a gravidade da situação. A chamada “carteira estressada” do crédito rural — composta por operações inadimplentes, renegociadas, prorrogadas ou em atraso — **já supera R\$ 171 bilhões** (figura 1). O mais preocupante, contudo, é a velocidade da deterioração: entre janeiro de 2024 e janeiro de 2026, o volume da carteira problemática praticamente quadruplicou.



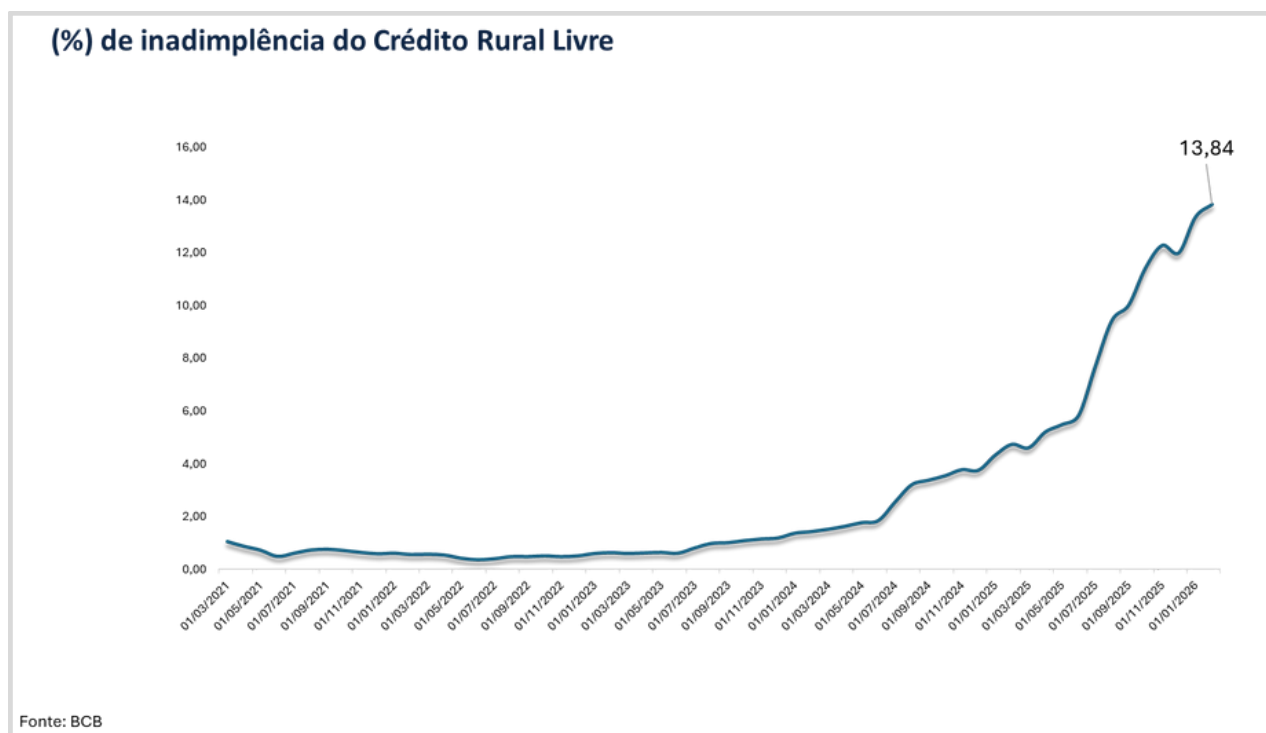
**Figura 1.** Evolução da carteira de crédito rural em atraso, inadimplente, renegociada e prorrogada, em bilhões de reais:



Fonte: [Farsul](#).

A **inadimplência do crédito rural livre** (Figura 2), que historicamente orbitava patamares baixos, disparou para quase **14%**, revelando que o problema deixou de ser regional ou setorial e passou a atingir o coração financeiro do agro brasileiro.

**Figura 2.** Série histórica da inadimplência do crédito rural livre:

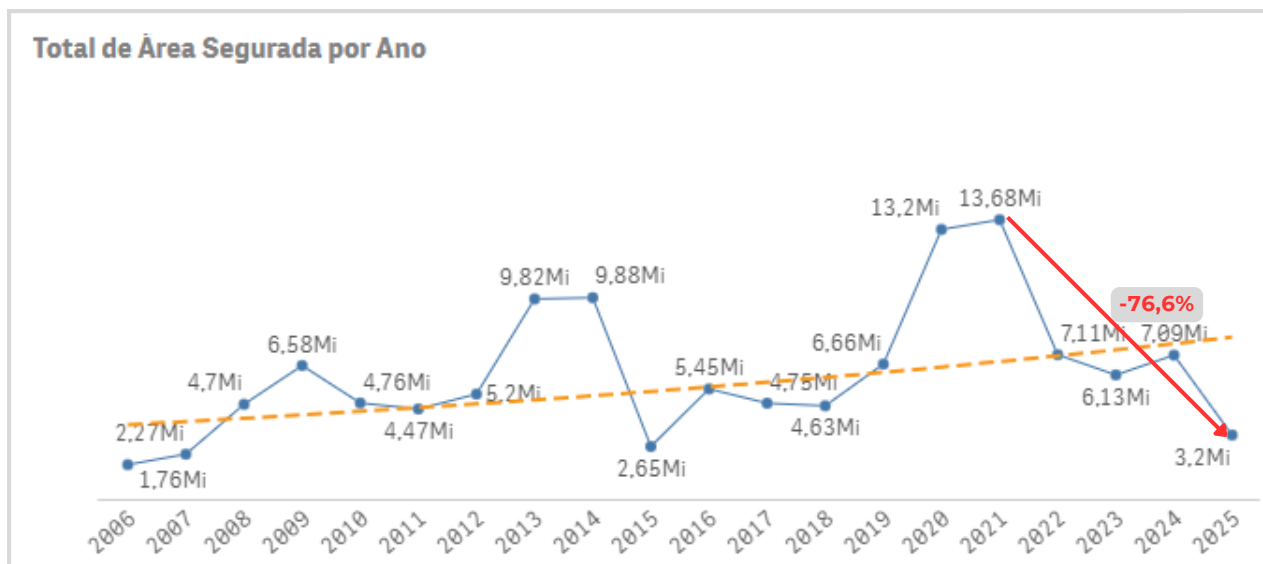


Fonte: [Farsul](#).

O cenário econômico enfrentado pelo produtor rural ajuda a explicar essa deterioração. Em poucos meses, **fertilizantes registraram altas superiores a 30% no mercado internacional**, enquanto **defensivos agrícolas tiveram aumentos ainda mais agressivos**. O glifosato acumulou alta próxima de 25% em 2026, enquanto princípios ativos utilizados em larga escala chegaram a subir até 70%. Ao mesmo tempo, a escalada do petróleo e os conflitos geopolíticos **pressionaram o diesel, gerando impacto estimado em R\$ 7,2 bilhões** ao agronegócio brasileiro apenas em poucas semanas. O produtor passou a conviver simultaneamente com fertilizantes mais caros, defensivos mais caros, diesel mais caro, logística pressionada e aumento brutal do custo operacional por hectare.

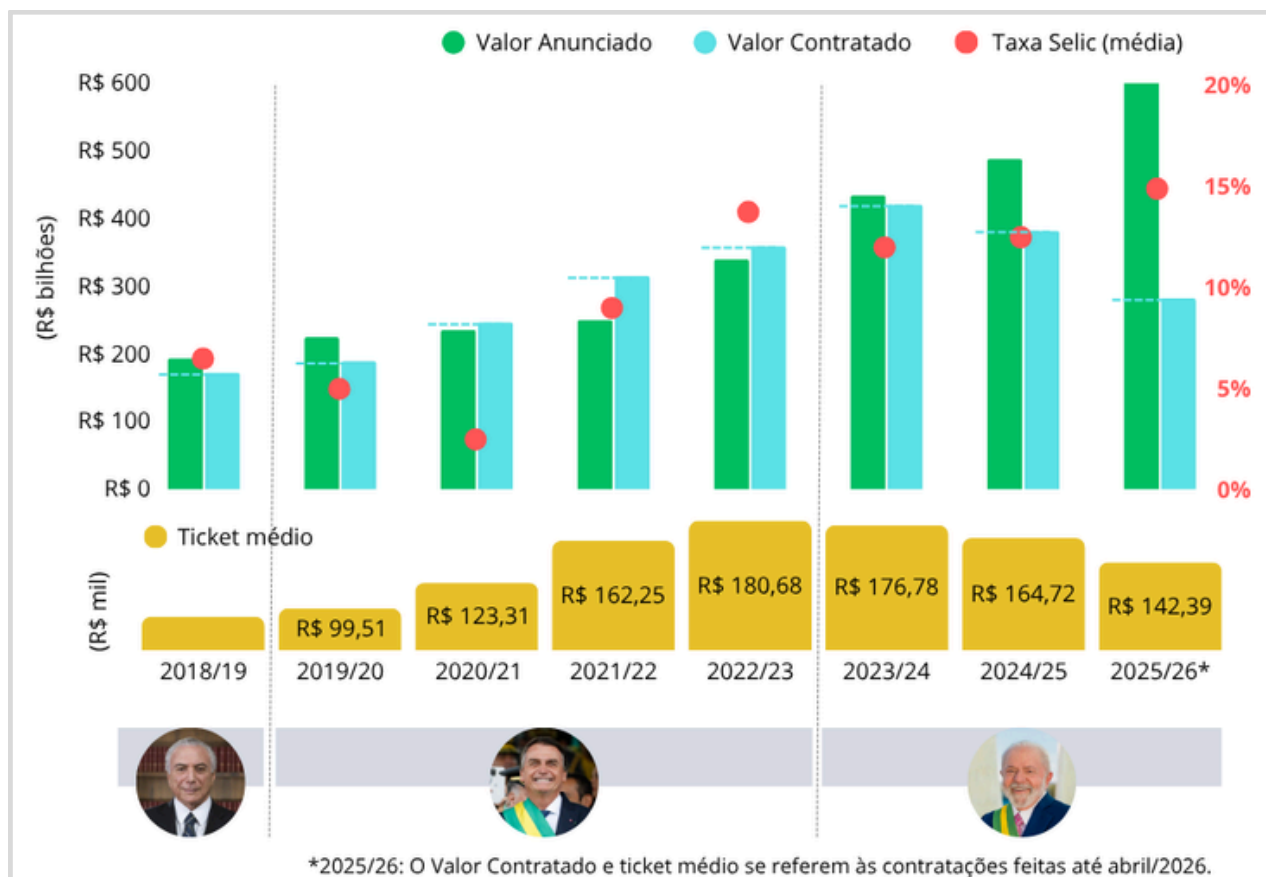
No caso das culturas de maior relevância nacional, **os números impressionam**. A soja é a que teve maior incremento, atingindo custeio estimado em R\$ 4.435,40 por hectare no Mato Grosso. O custo da safra 2026/27 do milho já supera R\$ 3.600 por hectare em algumas regiões produtoras, enquanto o algodão ultrapassa R\$ 10 mil por hectare. Mais grave ainda foi a deterioração da relação de troca: o produtor precisou entregar muito mais sacas de milho e soja para adquirir a mesma quantidade de fertilizantes, tornando o custeio cada vez mais pesado e comprimindo fortemente as margens da atividade.

Entretanto, atribuir a crise exclusivamente aos fatores climáticos e mercadológicos seria uma simplificação conveniente — e equivocada. A deterioração atual é consequência direta da incapacidade do governo de fortalecer os instrumentos de proteção financeira e gestão de risco da atividade agropecuária. Nos últimos anos, o seguro rural perdeu capacidade operacional justamente quando os eventos climáticos extremos se tornaram mais frequentes (Figura 3). O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que deveria funcionar como principal ferramenta de mitigação de risco climático, sofreu instabilidade orçamentária, contingenciamentos e perda de previsibilidade, dificultando o planejamento do produtor e reduzindo a cobertura securitária em um momento crítico.

**Figura 3.** Evolução da área segurada no Brasil, no âmbito do PSR:


Fonte: [Atlas do Seguro Rural](#).

Ao mesmo tempo, o crédito rural se tornou mais caro, mais burocrático e mais restritivo (Figura 4). Em vez de atuar preventivamente para preservar liquidez e capacidade produtiva, o governo permitiu que o problema se agravasse até atingir escala sistêmica. A resposta veio sempre de forma tardia, fragmentada e insuficiente diante da velocidade da deterioração financeira no campo.

**Figura 4.** Série histórica dos Planos Safra no Brasil. Valor anunciado versus valor contratado:


Fonte: Elaborado por Observatório da Oposição, com dados do BCB (último acesso: 13/05/2026).

É justamente nesse contexto que o Congresso Nacional passou a assumir protagonismo na discussão de uma solução estrutural para o passivo rural. O [parecer](#) do senador Renan Calheiros ao [PL 5.122/2023](#) transforma uma proposta originalmente emergencial em algo muito maior: uma ampla reestruturação das dívidas do agro brasileiro, utilizando recursos do Fundo Social, fundos constitucionais, novas linhas de composição de dívida e até possibilidade futura de emissão de títulos públicos. Na prática, o Parlamento começa a desenhar uma nova securitização rural em escala nacional.

A proposta é, sem dúvida, fiscalmente sensível. Afinal, trata-se de abrir espaço para uma intervenção bilionária em um momento de forte deterioração das contas públicas. Mas o Congresso parece ter chegado à conclusão de que o custo da omissão pode ser ainda maior. Sem liquidez, sem seguro robusto, sem previsibilidade de crédito e pressionado simultaneamente por choques climáticos, financeiros e geopolíticos, o agro passou a representar não apenas um problema setorial, mas um risco macroeconômico relevante para o país.

No fim, a discussão sobre securitização rural revela algo maior: o Estado falhou em preservar os instrumentos básicos de estabilidade da atividade agropecuária. O produtor não quebrou apenas por causa da seca, da enchente ou da alta dos fertilizantes. Quebrou porque foi empurrado para um ambiente de risco crescente sem uma rede mínima de proteção compatível com a importância estratégica do setor para a economia brasileira. Agora, diante de uma crise que já ameaça crédito, produção e inflação de alimentos, o Congresso tenta construir, às pressas, a solução que o governo deveria ter começado a desenhar muito antes.



# 4 SEGURANÇA PÚBLICA

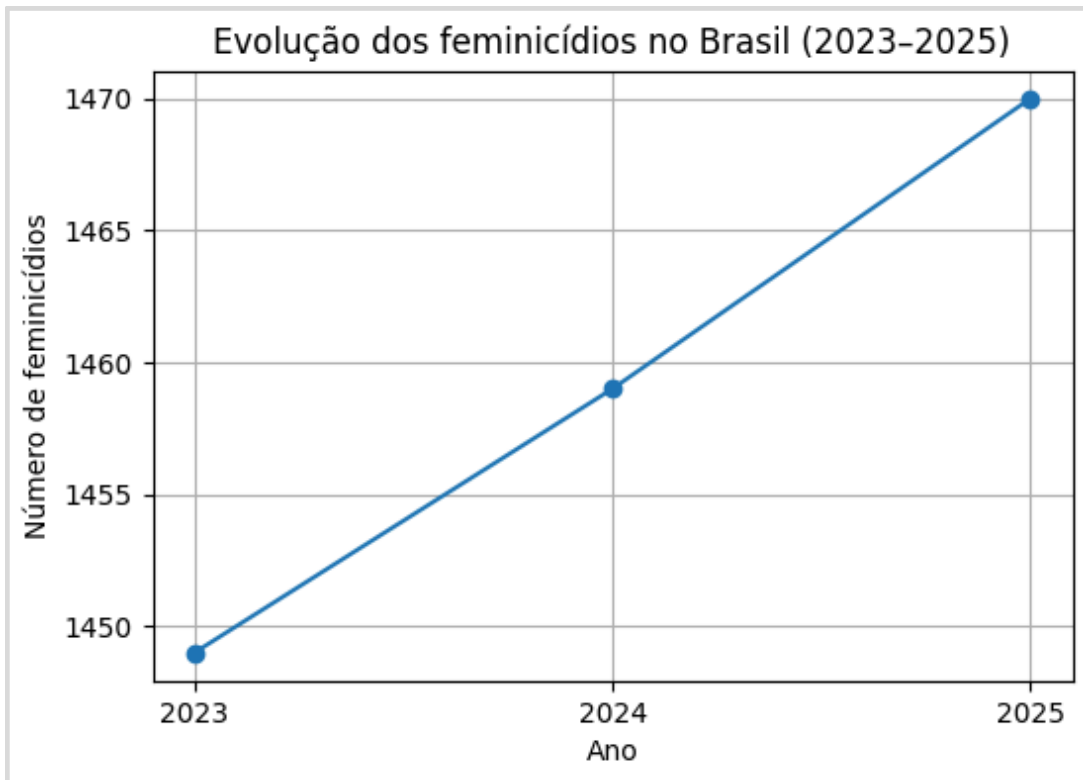
## Governo Lula: Discurso de proteção, violência na realidade.

*Recordes de feminicídio e decisões do governo Lula sobre endurecimento penal ampliam a percepção de insegurança e vulnerabilidade das mulheres no Brasil*

Desde janeiro de 2023, o Brasil assiste a uma escalada persistente da violência contra a mulher. O fenômeno não pode mais ser tratado como um problema episódico ou regional. Os números revelam uma deterioração concreta da segurança feminina no país e demonstram que o discurso institucional de proteção às mulheres não tem sido acompanhado por resultados proporcionais na realidade cotidiana.

O dado mais alarmante surgiu agora em 2026: o Brasil registrou o trimestre mais letal da história para mulheres desde o início da série histórica do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública), em 2015. Entre janeiro e março, 399 mulheres foram vítimas de feminicídio — uma média de quatro assassinatos por dia, ou uma mulher morta a cada cinco horas.





Fonte: SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

O crescimento não foi pontual. Em comparação com o mesmo período de 2025, houve aumento de aproximadamente 7,5% nos casos. Janeiro de 2026, sozinho, registrou 142 vítimas. São Paulo liderou o ranking nacional, seguido por Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Mais grave ainda é perceber que os recordes vêm sendo sucessivamente quebrados. Em 2025, o país já havia alcançado o maior número de feminicídios da última década, com 1.568 vítimas, consolidando uma curva crescente que praticamente não sofreu interrupção nos últimos anos.

A deterioração da segurança feminina ocorre justamente em um período no qual o governo Lula ampliou seu discurso político de defesa das mulheres. A retórica institucional passou a ocupar espaço central na comunicação oficial, em campanhas públicas e em agendas ministeriais. Entretanto, a realidade estatística aponta para um cenário oposto: as mulheres brasileiras seguem cada vez mais vulneráveis.

Nesse contexto, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao aumento de pena para roubos que resultem em lesão corporal grave adquiriu forte peso simbólico. O projeto aprovado pelo Congresso previa elevar a punição de 7-18 anos para 16-24 anos de prisão. O governo Lula argumentou que a pena mínima ficaria superior à prevista para homicídio qualificado.

Embora a justificativa técnica possua fundamento jurídico, o veto reforçou críticas de setores que enxergam no governo Lula resistência ao endurecimento penal. O problema político surge exatamente porque a

decisão ocorre em meio a uma percepção crescente de insegurança social, especialmente entre mulheres.

A questão central não está apenas no debate teórico sobre política criminal. O ponto mais sensível é a mensagem transmitida à sociedade em um momento de explosão de crimes violentos. Em países marcados por forte sensação de impunidade, decisões relacionadas ao endurecimento ou flexibilização penal possuem inevitável impacto político e simbólico.

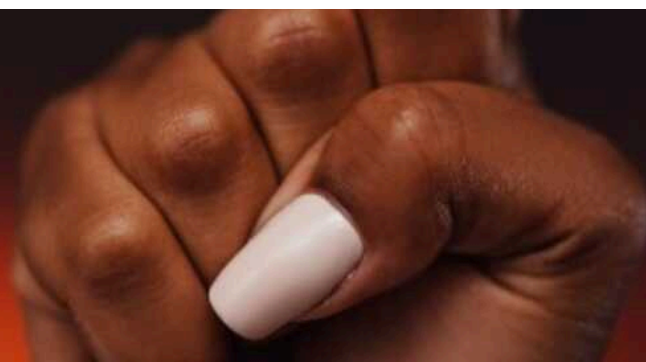
O feminicídio raramente surge de forma isolada. Em grande parte dos casos, ele representa o estágio final de uma longa sequência de violências anteriores: ameaças, agressões físicas, violência psicológica, perseguição, estupro e violência doméstica. Quando o Estado falha em interromper esse ciclo, o resultado frequentemente aparece nas estatísticas de homicídio.

Os dados recentes revelam precisamente esse fracasso estrutural. O aumento contínuo dos feminicídios indica que medidas preventivas, campanhas educativas e discursos institucionais não têm sido suficientes para conter a escalada da violência.

O problema também não pode ser atribuído exclusivamente aos estados. Embora segurança pública seja competência compartilhada, o governo Lula exerce forte influência política sobre a pauta criminal, sobre diretrizes nacionais e sobre o ambiente legislativo relacionado ao endurecimento das penas.

Nesse cenário, cresce a percepção de que existe uma desconexão entre o discurso político e a realidade concreta das ruas. Enquanto o governo Lula reforça narrativas de proteção à mulher, os números mostram um país onde mulheres continuam sendo assassinadas em níveis historicamente recordes.

Além do feminicídio, aumentam também as preocupações relacionadas a crimes sexuais. Especialistas em segurança pública frequentemente alertam que a expansão da violência contra a mulher não se limita aos homicídios, mas integra um ambiente mais amplo de vulnerabilidade feminina, envolvendo estupros, agressões e violência doméstica.





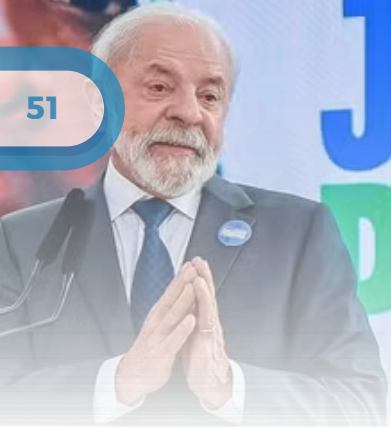
Fonte: SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrentou forte desgaste político após as denúncias de assédio sexual envolvendo o então ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. As acusações vieram a público em 2024, após relatos encaminhados à organização Me Too Brasil. O caso ganhou repercussão nacional por atingir diretamente um governo que mantém discurso fortemente associado à defesa das mulheres e dos direitos humanos. Diante da pressão política e pública, Lula decidiu demitir Silvio Almeida poucos dias após a divulgação das denúncias.

As investigações conduzidas pela Polícia Federal avançaram ao longo de 2025 e culminaram, em março de 2026, na denúncia formal apresentada pela Procuradoria-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal. A PGR acusou Silvio Almeida de importunação sexual contra Anielle Franco com base em depoimentos de testemunhas e relatos colhidos durante a investigação.

Segundo informações divulgadas pela imprensa, testemunhas relataram ter percebido desconforto da ministra após episódios investigados em reuniões do governo federal. O caso segue sob sigilo e tramita no STF sob relatoria do ministro André Mendonça.

A defesa de Silvio Almeida nega todas as acusações e afirma que não existem provas materiais que confirmem os relatos apresentados pela investigação. Os advogados do ex-ministro sustentam que irão contestar a



# JUNTOS POR TODAS

DEPUTADO FEDERAL  
**EV AIR** DE MELO  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

denúncia apresentada pela PGR e demonstrar sua inocência no Supremo Tribunal Federal. Até maio de 2026, o STF ainda não havia decidido se aceitaria formalmente a denúncia para transformar o ex-ministro em réu. O episódio ampliou críticas sobre contradições entre o discurso institucional de proteção às mulheres e os escândalos ocorridos dentro do próprio núcleo do governo federal.

O dado de quatro mulheres assassinadas por dia, citado anteriormente possui enorme impacto simbólico porque rompe qualquer tentativa de relativização estatística. Não se trata mais de casos isolados ou episódicos. Trata-se de uma crise nacional de segurança pública voltada especificamente contra mulheres.

A sucessão de recordes históricos revela ainda outro problema: a incapacidade estrutural do Estado brasileiro de produzir efeito dissuasório suficiente contra criminosos reincidentes e agressores domésticos. Em muitos casos, vítimas já haviam denunciado seus agressores antes dos assassinatos.

A sensação de impunidade se torna ainda mais grave quando decisões políticas relacionadas à legislação penal passam a ser interpretadas pela opinião pública como sinais de leniência. É exatamente nesse ambiente que decisões como o veto presidencial ganham repercussão ampliada.

Mesmo defensores da justificativa técnica apresentada pelo governo Lula reconhecem que o momento político foi extremamente delicado. Em um país traumatizado pelo crescimento da violência, qualquer gesto percebido como resistência ao endurecimento penal inevitavelmente produz desgaste social e político.

O primeiro trimestre de 2026 consolidou um marco histórico negativo para o Brasil. Nunca tantas mulheres haviam sido assassinadas em tão pouco tempo desde o início da série histórica oficial.

Esse cenário impõe uma reflexão inevitável sobre a efetividade das políticas públicas adotadas desde 2023. O avanço dos números demonstra que campanhas institucionais e discursos simbólicos, por si só, não têm conseguido conter o avanço da violência letal contra mulheres. Na prática, o

país assiste ao agravamento simultâneo de feminicídios, violência doméstica e crimes sexuais, enquanto cresce a percepção social de fragilidade na resposta estatal ao crime violento.

A principal contradição do atual cenário brasileiro reside exatamente aí: o governo Lula mantém um discurso político fortemente associado à proteção das mulheres, mas os indicadores de violência apontam para uma realidade oposta. Em vez de maior segurança, os dados mostram mulheres mais expostas ao feminicídio, ao estupro e à violência cotidiana.

O resultado é um paradoxo político e social difícil de ignorar: enquanto a proteção feminina ocupa espaço central no discurso oficial, os primeiros meses de 2026 entraram para a história como o período mais letal já registrado para mulheres no Brasil.



## A farsa dos bilhões: O improviso eleitoral de Lula na segurança pública

*O uso do marketing de última hora para mascarar a omissão histórica: como o Palácio do Planalto tenta converter a falência da segurança pública e a pressão internacional em uma vitrine eleitoral baseada em créditos fictícios e promessas tardias.*

O lançamento intempestivo do plano de segurança pública pelo governo Lula, a meras vinte semanas do pleito presidencial, não é apenas um ato de gestão tardia, mas um escancarado exercício de marketing político que beira o cinismo administrativo. Após décadas de omissão e transferência sistemática de responsabilidade para os estados, o Palácio do Planalto tenta agora, em um improviso de R\$11 bilhões, comprar a narrativa de um combate que nunca foi prioridade ideológica ou prática da esquerda brasileira.

Este anúncio apressado não nasce de uma súbita epifania sobre o sofrimento das famílias acuadas pelo crime, mas sim de um cálculo frio de sobrevivência política, onde o medo do eleitor é utilizado como mercadoria para tentar reverter uma impopularidade crônica em um setor onde o atual governo historicamente falha com contundência e reincidência.



A engenharia financeira desse suposto plano revela a sua natureza farsesca e a intenção deliberada de ludibriar a opinião pública com cifras vultosas que não resistem a uma análise técnica mínima. Dos R\$11 bilhões alardeados com pompa oficial, apenas R\$1 bilhão representa investimento real e direto, enquanto os outros R\$10 bilhões nada mais são do que linhas de crédito via BNDES, empurrando para os governos estaduais o ônus do endividamento futuro. Trata-se de uma manobra contábil criativa e perversa que utiliza um fundo de infraestrutura social adaptado às pressas para simular um vigor orçamentário inexistente, demonstrando que, para o governo petista, a segurança pública continua sendo um anexo improvisado de outras agendas, desprovida de uma dotação orçamentária robusta e própria.

Ao analisar os quatro eixos centrais da proposta, percebe-se um amontoado de táticas requeentadas e competências que já deveriam estar sendo exercidas de forma rotineira, e não apresentadas como novidades revolucionárias às vésperas da eleição. A asfixia financeira do crime organizado é um mantra antigo já executado com poucos recursos pelas polícias estaduais, enquanto o esclarecimento de homicídios e o combate ao tráfico de armas são obrigações constitucionais que o governo federal negligencia há anos sob o manto da ineficiência burocrática.

O que Lula apresenta não é um plano de Estado, mas um manifesto de intenções genéricas que ignora a realidade operacional do país, evidenciando uma desconexão absoluta entre o discurso palaciano e as necessidades táticas das forças de segurança que atuam na ponta do sistema.

A questão dos presídios de segurança máxima serve como um monumento à incompetência desta gestão e expõe a fragilidade dos argumentos governistas no debate sobre o sistema penitenciário nacional. A vexatória fuga de Mossoró em 2024, marcada por câmeras inoperantes, buracos estruturais e uma falha de inteligência descomunal, provou que o governo atual não consegue sequer gerir as unidades que estão sob sua tutela direta.

Manter um detento em tais condições de insegurança custa aos cofres públicos a astronômica cifra de R\$ 41 mil mensais, um valor vinte vezes superior à média dos presídios estaduais, o que torna qualquer promessa de "rigor" uma piada de mau gosto diante de uma população que assiste à consolidação do crime dentro das prisões federais.

O timing desse anúncio é o maior delator da falta de convicção republicana por parte de Lula e seu núcleo duro, ocorrendo precisamente após uma reunião com o presidente norte-americano Donald Trump. A pressão internacional e a necessidade de projetar uma imagem de "pulso firme" diante das exigências de cooperação contra organizações terroristas regionais forçaram o Planalto a um movimento defensivo e cínico.

Lula, que passou três mandatos afirmando que a segurança não era um problema federal, agora admite a responsabilidade apenas porque o cerco político se fechou e o crime organizado tornou-se uma ameaça direta à sua imagem diplomática e eleitoral, expondo que o "cuidado com as pessoas" é, na verdade, medo de sanções e perda de capital político.

A percepção popular corrobora a falência desse modelo: segundo o Datafolha, 69 milhões de brasileiros convivem diariamente com a atuação ostensiva de facções criminosas em seus bairros, um dado que o marketing petista não consegue apagar. O brasileiro comum não se sente protegido por anúncios de crédito do BNDES ou por slogans publicitários que tentam higienizar a realidade sangrenta das periferias, onde o fuzil do traficante dita a lei no vácuo do Estado.

Em muitos estados brasileiros, facções criminosas passaram a exercer influência territorial, econômica e até social sobre comunidades inteiras. O controle clandestino de serviços, a intimidação de moradores e a disputa armada entre grupos criminosos se tornaram parte da realidade cotidiana de milhões de brasileiros. Nesse contexto, parte da população questiona por que o governo federal somente agora decidiu apresentar um plano nacional mais robusto de enfrentamento ao crime organizado.

A tentativa de trocar incompetência por propaganda, justamente quando as urnas se aproximam, é uma afronta à inteligência do eleitor que viu o PCC e o Comando Vermelho se transformarem em impérios transnacionais durante as décadas de hegemonia do PT no cenário político.

A resistência ideológica do governo em classificar essas facções como organizações terroristas, apesar da violência extrema que praticam contra a sociedade, sugere uma cumplicidade implícita ou uma leniência perigosa baseada em visões sociológicas ultrapassadas. Tratar criminosos de alta periculosidade como vítimas do sistema e investir em narrativas de desarmamento da população civil enquanto as fronteiras permanecem escancaradas para o tráfico de armamento pesado é a receita do desastre que o Brasil colhe hoje.

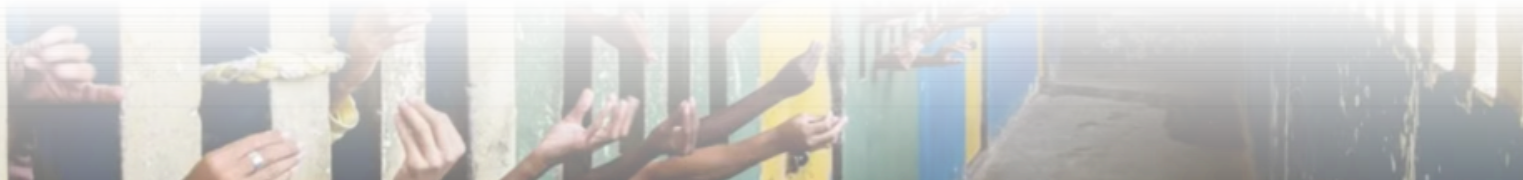
O plano de Lula, portanto, nasce morto, pois não busca derrotar o crime organizado, mas sim gerenciar o dano político causado por ele, tentando salvar uma reeleição que se vê ameaçada pela realidade brutal de um país que se tornou refém da barbárie sob o olhar indolente de Brasília.

Outro ponto que alimenta críticas é a ausência de articulação política prévia. Governadores, Congresso Nacional e especialistas em segurança reclamaram da falta de debate aprofundado antes do anúncio oficial. Um plano nacional de combate ao crime organizado exige integração efetiva entre polícias civis, militares, Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário e sistema penitenciário. Sem coordenação institucional sólida, qualquer pacote corre o risco de se transformar em mera peça publicitária. Segurança pública não se resolve apenas com slogans, discursos ou coletivas de imprensa.

A ausência de metas claras e indicadores concretos de resultados são também fatores que enfraquecem a credibilidade do “plano de segurança” de Lula. O governo apresentou diretrizes gerais, mas não detalhou como pretende medir redução de homicídios, apreensão de armas, enfraquecimento financeiro das facções ou controle efetivo do sistema penitenciário. Sem metas verificáveis, o risco é transformar a iniciativa em um conjunto de intenções vagas, difíceis de avaliar posteriormente.

Em ato anterior ao lançamento do famigerado “plano”, Lula em brevíssima passagem pelos Estados Unidos, declarou após encontro com o presidente norte-americano Donald Trump, que “quem escapou até a semana que vem tudo bem, mas quem não escapou não escapará mais”, ampliando a dúvida sobre a credibilidade do “novo plano de segurança pública” de seu terceiro governo. Lula até tentou transmitir a imagem de endurecimento contra o crime organizado, mas o efeito foi contrário. Tal fala gerou críticas por sugerir que criminosos teriam atuado sem enfrentamento efetivo do Estado nos últimos anos.

Para a Oposição no Congresso Nacional, o discurso reforça a percepção de que Lula demorou a reagir à escalada da violência. Em meio à proximidade das eleições, a declaração acabou sendo interpretada mais como gesto político do que como demonstração concreta de mudança estrutural. A população, cada vez mais insegura, cobra resultados práticos e não apenas frases de impacto. O contexto internacional também aumentou a repercussão da fala presidencial.



O encontro entre Lula e Trump ocorreu em meio ao crescimento das pressões internacionais sobre o Brasil para ampliar o combate ao narcotráfico e às facções criminosas. Diante disso, parlamentares da Oposição ao Governo Lula afirmaram que o “novo discurso” sobre segurança pública surgiu mais por pressão externa e eleitoral do que por planejamento estratégico consistente.

O governo Lula não apenas perdeu a guerra contra o crime organizado; ele parece ter desistido de lutar há muito tempo, escolhendo agora o caminho fácil da farsa publicitária para tentar ludibriar uma nação que sangra e que já não suporta mais ser enganada por promessas vazias e investimentos de fachada, especialmente na sensível área da segurança pública.

